

ATA N.º 257

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Prestação de contas consolidadas de 2018-----
- 1.3 Regulamento de Incentivos à Criação de Gado Tradicional - Raça Arouquesa-----
- 1.4 Transferência de Competências para o Município em 2019-----
 - 1.4.1 Área da Educação-----
 - 1.4.2 Área da Atividade de Náutica de Recreio-----
- 1.5 Transferência de Competências em 2020 – Município-----
- 1.6 Transferência de Competências em 2020 – CIRA-----
- 1.7 3ª Revisão Orçamental-----
- 1.8 Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª Alteração ao Regulamento da 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga-----
- 1.9 1ª Alteração do Mapa de Pessoal-----
- 1.10 Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Apoio-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- David da Silva Alves-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Belmiro Manuel Marques; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, que foi substituída por Isabel Maria Martins Tavares. Foi, ainda, registada a falta justificada de Custódio Tavares Pereira de Lima.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 255, da sessão de 26 de abril de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por maioria, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins, e um voto contra do membro António Dias que apresentou a seguinte declaração de voto: *“Já na última votação da ata anterior, de 22 fevereiro 2019, eu tinha-me absterido porque a ata não contempla tudo aquilo que se passa nesta reunião. Agora, nesta ata, mais uma vez, o que é aqui falado, todas as intervenções realizadas, infelizmente as respostas ou as intervenções não constam da ata como deve ser. Que seja a última vez, antigamente, estive cá entre 2005 e 2009, as atas eram objeto de eventuais correções antes da votação. Não percebo porque é que, agora, não há correções antes da ata ser votada. Voto contra porquê? Eu venho aqui e faço cinco ou seis questões no período de antes da ordem do dia, metade delas não me são respondidas e as que são respondidas o senhor presidente e quem redige a ata, portanto, secretários da mesa e funcionários municipais, eventualmente, não redigem e não colocam na ata aquilo que é aqui realizado. Já não digo colocar tudo, um resumo, uma resenha. Eu dou-lhe um exemplo. Na última assembleia, eu perguntei porque é que a Rua da Eira Velha, em Talhadas, não foi contemplada com as calçadas e foi a única que teve uma placa a dizer Rua da Eira Velha e o senhor Vice-presidente, e muito bem, deu a palavra ao senhor vereador Raul Duarte que esclareceu o porquê da Rua da Eira Velha não estar com calçada e disse, tal e qual, isto “a Rua da Eira Velha não estava contemplada porque foi um erro de impressão e um engano que ainda não deu tempo para corrigir.” Porque é que essa simples frase não está na ata? Isto é uma vergonha, esta ata. Fora isto, dava pano para mangas. Outra coisa, eu perguntei aqui o que era o Festim, eu não sabia o que era o Festim, e agora a ver a ata, e o senhor Vice-presidente disse que o Festim era muito conhecido e que já tinha decorrido vários anos e eu perguntei-lhe o que é que é o Festim, ninguém me disse nada. Fui à ata e diz assim na página 18, que é para verem que não estou a mentir, “o Festim é organizado pela dgARTES e pela D’Orfeu”. Isto não foi dito aqui na reunião, portanto, se não foi dito, quero que retirem da ata. Isto é uma vergonha, não é fazer as atas parciais, as atas têm que ser imparciais seja para quem for, é isso que eu peço, obrigado.”-----*

O **presidente da Assembleia Municipal** disse respeitar as opiniões, mas que ninguém estava a cortar as intervenções de absolutamente ninguém. Referiu que a ata era enviada, com alguma antecedência, para que todos a pudessem ver atentamente e se pronunciar, e, normalmente, quando alguém se pronunciava, através de e-mail ou de outra forma, havia o cuidado de ir às gravações para verificar se assim tinha sido ou não. Disse que, no caso do último e-mail do senhor António Dias, e aquilo a que tinha tido acesso, não constavam as questões ali levantadas pelo membro, e dizia apenas que a ata não correspondia, de facto, àquilo que ali se tinha passado, portanto, não tinha proposto nenhuma alteração e não dizia o que pretendia ver que fosse verificado e que fosse alterado, portanto, a resposta era a

mesma de sempre, ali ninguém foge à verdade. Referiu que as atas eram muito extensas e que, normalmente eram mais resumidas, portanto, era natural que pudesse haver sempre um ou outro elemento que pudesse ficar de fora. Pediu que, da próxima vez, quando verificasse que uma coisa não estava de acordo com aquilo que a ata deve conter, que comunicasse, via e-mail, informando precisamente na página x o que deve ser alterado ou verificado. Afirmou que a ata correspondia àquilo que se se tinha passado, sendo claro que não podia ter cinquenta, nem cem páginas, devendo ser concisa. Pediu que, sempre que houvesse alguma coisa que não estivesse de acordo com aquilo que entendiam, que o comunicassem, pois não era necessário agredirem-se uns aos outros verbalmente.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite do Vouga Sport Clube para o 44º Ralicross de Sever do Vouga, que decorreu nos dias 15 e 16 de junho;-----
- Convite do Museu Municipal de Sever do Vouga para a inauguração da exposição temporária “261, Por Terras de Sever do Vouga”, da autoria de Bastiana Angélico, que decorreu no dia 22 de junho;-----
- Convite da Juventude Académica Pessegueirense, para a “Festa de Encerramento” da época desportiva 2018/2019, que teve lugar no dia 22 de junho;-----
- Convite da Câmara Municipal de Sever do Vouga, para a abertura solene da 12ª edição da Feira Nacional do Mirtilo, que se realizou no dia 27 de junho;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga, para o jantar de transmissão de tarefas, que decorreu no dia 27 de junho;-----
- Convite da empresa A. Silva Matos SGPS, para a comemoração do seu 39º aniversário, a realizar no dia 29 de junho;-----
- Convite da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, para a comemoração do 30º aniversário da freguesia de Dornelas, que terá lugar no próximo dia 30 de junho;---
- Convite do Rotary Club de Albergaria-a-Velha, para a cerimónia de Transmissão de Mandatos, a realizar no próximo dia 4 de julho;-----
- Convite do Rancho Folclórico de Rocas do Vouga, para estar presente no seu 37º “Festival de Folclore”, que terá lugar no dia 3 de agosto.-----

Para além daquela correspondência, lembrou aos senhores presidentes de junta de freguesia presentes que as freguesias que decidam pela não aceitação das novas competências, do Decreto-Lei n.º 57/2019, devem submeter, sem falta, até 30 de junho, a comunicação através do SIAL (Portal da DGAL), após decisão pelos órgãos da freguesia.-

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que começou por referenciar uma carta, entregue ao presidente da Assembleia Municipal, na última sessão, a solicitar resposta detalhada às questões levantadas nessa mesma sessão e que, por sua vez, já tinham sido levantadas na sessão anterior e, para que não caísse, novamente, no esquecimento, voltava a entregar nova carta a solicitar, mais uma vez, resposta detalhada, sob pena de terem de avançar com outras medidas. Sobre a notícia que saiu no Diário de Notícias, no passado dia 28 de maio de 2019, acerca da ligação à A25, em que o senhor presidente da Câmara Municipal disse que era essencial um novo acesso do concelho à A25, para quebrar o isolamento e facilitar a exportação de mercadorias, afirmou que essa ligação já era essencial há muitos anos, aliás, era uma promessa do executivo, ano após ano, e não tinha passado despercebido, pela bancada do PSD, que já na anterior legislatura questionou

sobre o assunto, por ver, efetivamente, a necessidade premente da sua execução. Questionou o porquê daquela notícia e se havia desenvolvimentos acerca do assunto. Mais perguntou que diligências tinham sido tomadas para o avanço do mesmo. Disse que a bancada do PSD tinha conhecimento que o assunto não se encontrava na Assembleia da República e que o Ministro das Infraestruturas e Habitação tinha sido questionado sobre quando iria ser lançada a empreitada da nova ligação do concelho de Sever do Vouga à A25, quando iria estar concluída e qual era o custo total estimado para a obra e que, até ao momento, não tinha havido qualquer resposta. Perguntou se havia alguma novidade, ou iria continuar a ser uma promessa.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Monteiro**, que começou por fazer uma referência à intervenção que o tinha antecedido, tendo faltado, apenas, dizer que tinha sido o CDS a colocar a pergunta, através da sua pessoa. Mais disse ser um assunto que preocupava o CDS e que a Assembleia Municipal tinha sido, também, espelho dessa preocupação, uma vez que tinha aprovado uma moção sobre a questão da nova ligação. Informou ter uma moção para colocar à consideração de todos os partidos, relacionada com a proximidade dos eleitores e os eleitos, e que propõe que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que passe a descentralizar, pelas várias freguesias do concelho, as suas reuniões públicas, que ocorrem uma vez por mês, e que, na Assembleia Municipal, seja constituído um grupo de trabalho, presidido pelo senhor presidente da Assembleia Municipal e por um representante de cada partido, que reveja o regimento no sentido de descentralizar as reuniões pelas freguesias do concelho e que articule com as juntas de freguesia as datas, horários, locais e a forma de publicitação dessas mesmas reuniões, de modo a que o público tenha uma maior facilidade, uma maior proximidade para que aqui possa intervir e, também, para que a Assembleia Municipal esteja próxima das dificuldades dos cidadãos e das várias freguesias que compõem o concelho e, desse modo, possam todos ter uma política de proximidade às populações e que a relação entre eleitos e eleitores seja estimulada. Mais disse que, qualquer um dos deputados municipais tinha a noção de que a participação do público, na Assembleia Municipal, acabava por ser, muitas vezes, pouco frequente.-----

A intervenção seguinte foi a de **Elmano Silva** que disse ser com preocupação que, apesar de constantemente ouvir dizer que existem boas redes viárias no concelho, registava que ainda existem algumas localidades com estradas péssimas e praticamente ao abandono, dando como exemplo a estrada do Porto Carro, em Paçô de Cedrim, e a estrada de Paçô de Baixo, assim como a estrada da Arrôta em Sever do Vouga e a do Outeiro do Curro em Rocas do Vouga. Afirmou que, na estrada que liga o lugar de Cedrim à variante, os habitantes desesperavam à espera da sua pavimentação e perguntou ao executivo que diligências estavam a ser feitas para a sua execução. Perguntou, ainda, como é que estava o processo do recinto das Eiras, em Cedrim, uma vez que tinha sido adquirido um edifício, pela autarquia, para dar apoio às festas realizadas naquele espaço e, ao mesmo tempo, dotar aquele espaço de melhores condições, até de higiene. Disse ter sido prometido, há algum tempo, o avanço de um projeto e posterior construção e que, até ao momento, não tinha visto qualquer desenvolvimento.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que pediu acesso ao relatório do Ecocentro, assunto que já tinha sido abordado na Assembleia Municipal várias vezes e que, inclusivamente, tinha sido feito um pedido por escrito sobre a data ou o momento a partir do qual podiam ter acesso ao documento. Referiu que, independentemente do que possa ter acontecido naquele processo, mais grave ou menos grave, julgava que, mais grave era não terem acesso ao documento, nem uma previsão da data em que podiam consultar tudo aquilo que tinha acontecido.-----

Para poder responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que começou por dizer que todos sabiam que o processo da A25 era muito antigo, do governo anterior, que tinha prometido que o acesso seria feito no ano seguinte. Afirmou que a luta pelo acesso não era de agora e que tinha sido mantida e fortalecida, portanto,

tinham feito tudo e mais alguma coisa sobre isso, através do Secretário de Estado e da Assembleia da República. Enumerou algumas medidas tomadas pelo executivo, como a presença numa sessão da comissão especializada de discussão do PNI (plano nacional de investimentos), presidida por um deputado do CDS; o envio de vários ofícios para todos os locais; reuniões com o novo Secretário de Estado de Infraestruturas e com a senhora presidente do Conselho Nacional de Obras Públicas, entre outras. Referiu ter insistido, junto dessas entidades, que o acesso é prioritário, não só para Sever do Vouga, mas para a região, que já o tinha manifestado no plano intermunicipal de mobilidade. Informou ter realizado reuniões com a administração da IP e da Ascendi, a concessionária da A25, no sentido de, também eles, contribuírem de certa forma. Disse estarem a ser preparados orçamentos e que havia abertura, por parte do ministro, de incluir o acesso nas prioridades que o próprio Estado terá de assumir, sendo que tinha havido uma altura em que se pensava conseguir, com a Comunidade Europeia, a inclusão de vias rodoviárias no Programa 2020, o que não tinha sido possível. Informou ter saído agradado da última reunião com o senhor ministro, uma vez que está previsto que o próprio orçamento de Estado venha a aceitar essa e mais três ou quatro obras. Disse haver um problema com o traçado, no desnível da ponte de acesso, e que tinha visto isso com alguns técnicos, sendo que esse problema podia ser ultrapassado com a criação de um nó. Portanto, em vez de ser criado um nó novo, seria feito um acesso até ao troço antigo IP5, que vai de encontro ao nó, evitando, assim, alguns custos. Relativamente à descentralização, e dirigindo-se a António Monteiro, o presidente da Câmara Municipal disse ser a grande prioridade de Sever do Vouga, portanto, tinham de lutar por ela todos os dias e a todos os níveis. Aproveitou para dizer que já não era nada de novo e que já se tinha feito há alguns anos e deixou de se fazer no momento em que a sala passou a ter um sistema de gravação de som, que não é portátil. Relativamente à intervenção de Elmano Silva, disse ter registado as situações indicadas, informando, que, na última reunião pública da Câmara Municipal, tinha estado presente público dessas zonas, nomeadamente da zona de Paçô e Porto Carro. Mais disse que, na comunicação da Assembleia Municipal, essa zona estava incluída como uma das obras que estava em projeto e que, logo que estivesse concluído, seria lançado a concurso. Mais informou que o largo das Eiras também estava nessa fase, estando um técnico a tratar desse projeto, uma vez que o mesmo tinha ficado parado porque o técnico tinha-se ido embora e agora alguém estava a pegar nisso para recuperar essa fase do projeto para ver se conseguiam lançar a obra. Sobre a estrada da Arrota informou que os terrenos já estavam todos desafetados e estava em condições de concluir o projeto para que seja cabimentado e lançado a concurso. Sobre o relatório do Ecocentro, e segundo a informação recebida, o mesmo já tinha sido elaborado e seria feito o seu envio.-----

A intervenção seguinte foi a de **Paulo Lourenço** que focou alguns aspetos que deviam merecer, por parte do executivo, a melhor das atenções. Em primeiro lugar, e sobre os animais errantes, disse ser certo e sabido que, no orçamento participativo, foi aprovado um projeto de apoio a uma associação local que trata e toma a seu cargo os animais abandonados, no entanto tem-se verificado um aumento desses animais pelas ruas, os quais tem causado estragos, nomeadamente, na freguesia de Pessegueiro, onde, recentemente, no Bouço, foram mortas algumas cabras. E, ainda, na União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, mais concretamente no lugar do Folharido, onde também se paga impostos, mas onde o lixo só se recolhe uma vez por semana, e quando se recolhe, onde o betuminoso parece uma miragem, apesar das sucessivas promessas e apesar de ser uma das principais vias de acesso ao complexo mineiro do Braçal, o qual faz parte de todos os roteiros turísticos do concelho. Disse ter havido, também, um ataque, por parte de animais errantes, os quais causaram grandes prejuízos, levando-o a perguntar se o canil, instalado na Ermida, tinha condições para albergar todos os animais. Mais perguntou quem assumia os prejuízos causados por aqueles animais. De seguida, referiu que o horário do Ecocentro era manifestamente limitado e solicitou que o mesmo fosse revisto para incluir a sua abertura ao sábado, conforme já tinha sido solicitado pela sua bancada, para que seja

possível a sua utilização por todos. Por último, recomendou ao executivo, mais uma vez, que tivesse atenção às vias de circulação, nomeadamente a E.N. 16. Agora, que não tem árvores na berma, pois deve ser rapidamente providenciados resguardos nas margens para evitar que algo de grave possa ali acontecer, seja a instalação de muros, rails ou outra forma de proteção, como uma medida preventiva e não reativa.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Silva** que perguntou por onde era o caminho público de acesso à ponte pedonal pública, construída sobre o rio Gresso, no sítio da Quinta dos Bragas, já que, durante mais de um ano, o Vice-presidente não tinha sabido responder à pergunta.-----

A próxima intervenção foi a de **António Dias** que disse continuar à espera de resposta a vários emails e solicitações da Junta de Freguesia de Talhadas, bem como das intervenções feitas na Assembleia Municipal. Perguntou quando é que lhe davam uma resposta sobre a reparação e conservação de estradas e caminhos da freguesia, tendo intervindo nas sessões de fevereiro e abril, sobre esse assunto que voltava a questionar. Enumerou as várias estradas em questão: Talhadas/Cortez, estrada para a Vide, Doninhas/Macida, Talhadas/Silveira, Silveira/Arcas, Seixo, a estrada Vide, entre outras. De seguida, afirmou que a freguesia de Talhadas estava interessada em ter um centro escolar, uma vez que, pela informação que foi dada, Sever do Vouga não contemplava as freguesias da parte de lá do rio. Sobre as várias solicitações de sinalização vertical ou horizontal, em vários lugares da freguesia, sobretudo Talhadas e Macida, disse continuar à espera de resposta e que, quando houver uma tragédia, depois, eventualmente, alguém iria ser questionado sobre isso. Mais informou ter enviado comunicação sobre a zona industrial. Relativamente ao protocolo sobre a delegação competências, disse continuar sem saber se os valores estavam, ou não, como devem ser, a duplicar, uma vez que foi negociado em 2018 pelo anterior presidente de junta e, por conseguinte, a freguesia de Talhadas não tinha de estar prejudicada por causa da falta de entendimento político. Sobre os acordos de execução, disse continuar sem saber se o valor para investimentos, atividades e aquisição de material duplicava ou não, agradecendo que lhe dissessem ou enviassem alguma coisa sobre o assunto. De seguida, referiu ter enviado uma comunicação por causa do Vouga Sport Clube, sobre a pista do Alto do Roçário, uma vez que aquela entidade tinha solicitado água à freguesia de Talhadas que, por sua vez, comprometia-se com a ligação do tubo, portanto, pediu à Câmara Municipal para abrir a vala, sendo que continuava sem resposta. Informou que, na reunião da Assembleia de Talhadas, realizada no dia 22 de junho, tinha sido deliberado, por unanimidade, aceitar a transferência de competências, para 2020 (espaços de atendimento/loja do cidadão), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2018 e, ainda, a transferência de competências, para 2019 e 2020, do município para a freguesia. Referiu que a freguesia de Talhadas estava a tratar da construção do armazém para as viaturas e alfaias da freguesia e que, em 16 de maio, tinha solicitado, à Câmara Municipal, um topógrafo para realizar um levantamento topográfico, sendo que, no dia 28 de maio tinha-lhes sido comunicado que o técnico estava a realizar alguns trabalhos urgentes que tinha em mão e que tinha de terminar. Perguntou quanto tempo é que a junta ainda tinha de esperar, uma vez que, segundo diziam os técnicos especializados na área, sensivelmente uma hora dava para fazer aquele trabalho. Deu como prazo a primeira semana de julho e, se não o fizessem, a junta, como era óbvio, iria ter de assumir aquela despesa, portanto, eram cerca de cento e cinquenta euros e não ia ficar à espera do levantamento topográfico por causa de avançar com o projeto. Disse ter visto haver um documento para aprovar, e que era a favor de todos os investimentos, todas as ajudas, mas que a feira de Talhadas estava a precisar de um arranjo em termos de estacionamento e pediu que a Câmara Municipal lhe dissesse se podia, ou não, ajudar nisso, pois, já que estavam numa de dar, também queria. Seguidamente, convidou todos a estarem presentes na festa que tinha prometido organizar, nas Talhadas, a Festa da Freguesia, a realizar-se no primeiro fim de semana de agosto. Perguntou quem é que tinha negociado, eventualmente, a delimitação dos concelhos de Sever do Vouga com o concelho de Viseu, na zona de Arcas, entre a

freguesia de Talhadas e a freguesia de Ribeiradio, pois tinha sido chamado à atenção pelo presidente dos compartos do lugar da Silveira, Arcas, Lameirinhos, Póvoa e Ereira, para o facto de aparecer a delimitação junto à última casa das Arcas, e pelo que o tinham informado, a delimitação era, sensivelmente, mais de quinhentos metros em linha reta para cima. Disse terem-no informado de que teria havido uma reunião, em tempos, mas como não tinha estado presente, não sabia e queria saber.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Patrícia Santos**. Afirmou que, de assembleia para assembleia, a bancada do PSD, tinha vindo a chamar a atenção do executivo para uma melhor promoção do concelho, ao nível do turismo, e conseqüente retorno. Referiu que a Feira do Mirtilo 2019 tinha sido bem trabalhada, mas que, promover eventos requeria saber se estavam reunidas todas as condições de logística para acolhimento dos visitantes e se os restantes atrativos turísticos, espalhados pelas freguesias, estavam prontos a receber visitantes, ou iam centrar-se apenas na divulgação do centro da vila de Sever do Vouga e não no concelho no seu todo. Isso, porque, numa visita recente ao Parque de Lazer da Cabreia, constatou estar ao abandono e que, embora na informação escrita do presidente da Câmara conste a requalificação daquele espaço, não será para o presente verão que o parque estará zelado. Afirmou passar-se o mesmo com a Cascata da Fílveda, pois a visita requer cuidado e as probabilidades de ocorrer um acidente pessoal são altíssimas, devido ao desmazelo demonstrado ao longo dos anos, o que acontece com a maioria das cascatas dos afluentes do Vouga e nas diversas freguesias, de uma beleza subtil, dignas de serem desbravadas e de estarem nos roteiros turísticos, sendo, para isso, necessário existir mais e melhores acessos. Disse saber estarem previstas as obras para algumas daquelas cascatas e que empenho, mas não sabia se esse empenho seria efetivo, pois se, em pleno verão, um dos mais conceituados parques de lazer ainda estava com a obra em fase de lançar a concurso, temia que o esforço para a manutenção e requalificação dos pontos de atração turística do concelho fosse pouco, ainda para mais numa época em que a mobilidade é tão importante, sendo que Sever do Vouga já se deveria ter adaptado, por serem recorrentes os caravanistas que por ali passam, mas que encontram dificuldades em aparcar, portanto seguiam viagem e mal visitavam o concelho. Perguntou se não estaria na hora de projetar o futuro. Com uma bacia de água no concelho, que deveria ser um motivo de atração e fixação de turismo sazonal, perguntou se não estaria na hora de se fazer um parque de campismo e, em consequência, um parque de caravanas. Perguntou, ainda, quando estaria pronta a praia fluvial do Rodo, que poderia servir de apoio a várias infraestruturas de desenvolvimento turístico, como o parque de campismo, pois, atualmente, só uma praia fluvial no concelho era pouco para a procura. Disse ser hora de concretizar, pois, dizer que há projetos e ideias era muito bom e mostrava inovação, mas perguntou quando é que iriam usufruir, fisicamente, desses projetos e ideias. Disse saber que levava tempo, pois as burocracias são imensas, mas como poderiam enaltecer o turismo quando ele é tão limitado, que obriga a procurar fora o que poderiam ter em Sever do Vouga. Afirmou ser a obra que fica para a posterioridade e que define quem querem ser como concelho, como querem competir com os concelhos e distritos vizinhos, sendo que, atualmente, infelizmente para os severenses, competiam na liga infantil.-----

A intervenção seguinte foi a de **Renata Marques**. Começou por referir que, do ponto de vista das ciências sociais, a cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração, por meio da vida em sociedade e, como termo geral, cultura significa a herança social e total da humanidade, trazendo para a humanidade um conhecimento e uma riqueza sem igual que, quando bem trabalhada, pode-se formar algo que faça parte da vida e do cotidiano da sociedade, podendo ser organizados eventos que que tragam cultura e valorização para o concelho, sem contar com o retorno financeiro que a mesma traz. Referiu outro benefício da mesma, dizendo que, eventos que atinjam públicos diferenciados levam famílias a juntarem-se e a participarem na vida ativa, neste caso, no concelho. Desse modo, por entender a importância e a força da cultura e arte para o crescimento, parabenizou o executivo pelos

projetos culturais, tais como: as festividades do Foral, que foram um sucesso, pois as atividades desenvolvidas, durante o dia e noite, chamaram toda a comunidade da nossa terra e vizinhas; apoio aos movimentos associativos para a dinamização da cultura no concelho (como filarmónicas, ranchos, teatro); - museu municipal, que está vivo e que tem vindo a ser apresentado de uma forma extremamente dinâmica e inovadora com a colaboração da associação Severi, que aproveitou para felicitar por um ótimo trabalho artístico-cultural, com envolvimento das famílias severenses; a biblioteca, que tem vindo a ter uma atividade intensa, inclusive na dinamização de atividades no dia da criança inserido no festival internacional de cinema de Sever do Vouga, que teve uma interessante colaboração entre o CAE, a biblioteca, e o museu, onde decorreu a homenagem a uma grande personalidade severense; o CAE, que não pára com projetos inovadores. Destacou do festival de cinema a peça de teatro “Quedas d’água d’Amor”, que foi criada com a colaboração da Câmara Municipal, onde juntou vários severenses que participaram, tendo-lhes sido criada uma experiência muito enriquecedora. Citou, ainda, os programas com crianças, promovendo o desenvolvimento cultural das mesmas até serem os adultos que tomarão Sever do Vouga. “Como eu, que sinto que esta Terra é minha. Sou de cá, vivo cá e este é o meu jardim.” Aproveito para felicitar a Câmara Municipal pelo tratamento dos espaços do concelho, dos quais gostava de usufruir e mostrar orgulhosamente aos de fora. Perguntou qual o severense que não se sentia orgulhoso das suas paisagens? Disse ficar feliz por poder usufruir, novamente, da praia fluvial, estando, novamente, as portas abertas e o espaço bem cuidado, pronto para esta época balnear, já que o verão já tinha iniciado. E, com o verão, vinham, infelizmente, os incêndios. Pediu que o executivo tivesse como prioritário a segurança das suas gentes e que, no mínimo, tivessem atenção à limpeza dos terrenos junto às vias (pelo menos dos acessos principais). Solicitou que informassem das atividades que foram, ou estavam a ser feitas, no sentido de proteger a população dos incêndios. Para terminar, disse ver que Sever do Vouga estava pronta para mais uma edição da Feira do Mirtilo e esperava que, à semelhança dos anos anteriores, fosse um sucesso.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que começou por responder à intervenção de **Paulo Lourenço**, dizendo que, efetivamente, os animais errantes era um grande problema, sentido no concelho, todos os dias e que estavam com dificuldade em arranjar uma solução para o mesmo. Falou sobre a criação de três centros de recolha animal intermunicipal, em Aveiro, Ovar e Águeda, mas que ainda estavam muito atrasados e que, através do Orçamento Participativo, foi arranjado um espaço para o acolhimento de alguns animais, embora o objetivo daquele espaço tivesse sido o de servir de espaço transitório para acolher animais para ser feita a sua identificação e esterilização. Disse haver uma grande dificuldade na apanha os animais e que tinha solicitado a um dos vereadores que contactasse o veterinário do município de Vouzela para saber se podiam dispensar a equipa deles. Disse estar a ser feito todo o possível para que se consiga melhorar a situação. Sobre a questão do lixo, informou estar a ser preparado, em conjunto com os municípios de Estarreja, Murtosa e Águeda, um concurso intermunicipal, no sentido de melhorar o serviço de recolha do lixo. Mais disse não ser possível fazer a recolha, mais do que uma vez por semana, em todos os locais do concelho e que está a ser, sistematicamente, alargada a recolha dos resíduos que vai, atualmente, a quase todos os lados. Disse ter sido adquirido um dispositivo mais pequeno para ir aos locais como a Ribeirada e Lourizela, mas que havia sítios onde não era possível fazer a recolha mais do que uma vez por semana. Informou que, atualmente, existe apenas um motorista afeto a esse serviço e que tinha sido aberto um concurso para a contratação de mais um motorista, mas não tinha havido candidatos que tivessem aceite preencher o lugar, portanto, era uma questão complicada. Relativamente ao horário do Ecocentro, registou a sugestão e informou que o problema residia com a falta de pessoal. Sobre a E.N. 16, informou existir um projeto, para avançar na margem direita do Rio Vouga e que algumas das situações sugeridas iriam ser feitas. Mais disse estar a ser programada mais uma candidatura a um programa de

valorização turística que vai contemplar todo um percurso pedonal e ciclável da margem direita do Rio Vouga, portanto, contempla, também, as zonas de proteção na circulação daquela estrada. Relativamente à intervenção de Sérgio Silva, disse que a ponte estava no carreiro de passagem que existia antes. Mais disse ter contactado a pessoa que sinalizou os outros percursos para vir cá na próxima semana para verem a marcação. Falou da existência de um concurso ao Orçamento Participativo, um projeto que pretende fazer isso e que, se ganhar, também vai fazer a ligação da ponte de baixo à ponte de madeira, passando nos moinhos que vão ser reabilitados com uma associação da sua freguesia. Respondendo à intervenção de António Dias, e relativamente às estradas, informou ter todas essas situações sinalizadas e que, efetivamente, a estrada de Ereira à Vide estava inserida numa empreitada, a lançar, com vários troços. Referiu ser habitual lançar empreitadas denominadas de pequenos troços, avançando-se para a quarta empreitada, no final de julho ou depois das férias, que vai contemplar cerca de cinquenta pequenos troços. Informou que a estrada principal da Ereira estava sinalizada para o corte de duas curvas, no entanto, a pedido do senhor presidente da Junta, tinha convidado o senhor presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades para uma reunião, para a aceitação da passagem por dentro do lugar da Benfeitas, não fazendo sentido cortar algumas curvas naquela estrada que nem estava assim tão má, de maneira que, alguns acertos que possam vir ali a ser feitos têm de ser de acordo com os dois concelhos para que a estrada permita uma fluência de trânsito à A25. Relativamente ao Centro Escolar, referiu que as infraestruturas passavam sempre por um conjunto de análise e de definições prévias e que elas constavam na carta educativa, que vigora, sempre, por um período de dez anos, sendo analisada e reformulada em 2021, altura em que será analisado o problema da reorganização das escolas na margem esquerda do rio Vouga. Sobre a Zona Industrial, informou que iria propor isso, no âmbito de algumas candidaturas que estão a surgir para a criação de zonas industriais, porque uma zona industrial não era apenas desaterrar um espaço e mandar para lá uma empresa, era uma coisa bastante mais complicada e muito mais planificada, pois tinham de ser criadas infraestruturas de água, luz e saneamento. Informou estar a ser preparada uma candidatura para o alargamento, a norte, da zona industrial dos Padrões, por faltar uma inserção e um acesso naquele local e, seguidamente, a ideia é lançar a ampliação da zona industrial de Talhadas com esses espaços que vierem a ser afetados à zona. Mais disse que, para haver uma zona industrial era necessário obter pareceres favoráveis. Relativamente aos acordos de execução, informou que, se as juntas de freguesia viessem a aceitar a transferência de competências, iriam entrar num processo de tratamento de acordos e, a partir daí, seria negociado diretamente com a Secretaria de Estado e com a DGAL, no sentido de as transferências serem feitas por via do orçamento normal, e do orçamento do estado, para as freguesias. Mais disse que estava garantida a situação anterior, à exceção daquilo que não era possível justificar, sendo necessário ver o que é que tinha sido verificado e o que é que, à luz dos acordos anteriores, tinha, ou não, sido feito pois, aquilo que tinha sido feito era verificado e autorizado pela senhora vereadora que ia ver se tinham sido executadas, portanto, havia necessidade de justificar as coisas do ano anterior. Relativamente ao serviço de águas, o presidente da Câmara disse haver o problema da dissolução de uma competência que, ao fim e ao cabo, as juntas não deviam ter e que há dias, o executivo tinha reunido com a administração do ERSAR no sentido de averiguar de que forma é que podiam continuar, ou não, como estavam, ou transitar o serviço de águas para o sistema municipal e, posteriormente, para o sistema intermunicipal mais abrangente. Informou que as juntas com sistema próprio iriam receber, por parte do ERSAR, as notificações da forma como devem proceder. Informou, ainda, que os investimentos em prolongamentos de condutas teriam de ser suportados por quem explora o sistema. Relativamente ao topógrafo, disse não haver mãos a medir com pedidos para o mesmo e que existiam prioridades, nomeadamente candidaturas com prazos de execução muito apertados. Disse haver dificuldade em dispensar o topógrafo todas as vezes que ele era solicitado. Sobre a feira de Talhadas, informou não ser possível o município fazer

investimentos numa feira que pertencia à Junta de Freguesia. Relativamente às delimitações dos concelhos, o presidente da Câmara disse que o presidente da junta teria de averiguar nas atas dos órgãos qualquer definição ou redefinição de fronteiras e delimitações de concelhos ou de freguesias. Mais disse que a CAOP (carta administrativa oficial de Portugal), era uma carta geográfica, enviada pelo Estado, que define os limites antes de eles serem acordados pelas partes e que, quando se pretende fazer novas delimitações, as mesmas tinham de ser aprovadas em Assembleia de Freguesia, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, disse ter registado as situações da Feira do Mirtilo e, em relação à logística, a organização estava sempre a tentar melhorá-la, assim como a de outros eventos. Mais disse que toda a zona do Centro Escolar iria servir de apoio ao estacionamento existente e que estavam a decorrer obras para a ampliação de lugares de estacionamento em alguns locais da vila, o que iria trazer mais facilidade de movimento. Sobre o parque da Cabreia e a cascata da Filveda, informou que os dois projetos iriam ser analisados e votados numa revisão orçamental. Quanto à questão da zona de fruição de Couto de Baixo, informou terem estado quase dois anos para conseguir lançar a empreitada e ainda não tinham o parecer da APA para obter o licenciamento necessário para avançar com a obra. Relativamente ao ordenamento da barragem, informou que o mesmo iria ter uma série de regulamentos de utilização com a definição de regras para a utilização daquele espaço. Por último, informou ter dado instruções para que convocassem a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, independentemente de estarem, ou não, todos os representantes comunicados.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Jorge Graça** que alertou para o facto de, nalgumas escolas primárias, existirem turmas mistas, situação que devia ser evitada a todo custo e sobre a qual já tinha falado, pessoalmente, com a vereadora Elisabete Henriques e o Vice-presidente da Câmara. Disse saber que isso existia no passado, mas que devia ser feito um esforço suplementar para evitar essas situações, nomeadamente a situação, em Paradela, com vinte e cinco alunos, entre os quais alguns com problemas de comportamento, hiperatividade e língua estrangeira. Referiu que, no ano passado, a professora tinha chegado no fim do ano letivo completamente extenuada e “presa pelos arames”, estando a atual professora no mesmo estado. Disse ter-se falado, ali, muito no investimento suplementar de dezassete mil euros nos transportes escolares e que, na sua visão, talvez fosse melhor ser aplicada essa verba para suprimir aquelas lacunas, do que, eventualmente, ajudarem a pagar os passes escolares. Referiu a intenção de a Câmara Municipal não aceitar, para já, a transferência de competências na área dos jogos de fortuna e azar, e que, com tantas solicitações, em termos de investimentos que eram feitas em todas as assembleias, embora considerasse todas legítimas, devia haver alguma ponderação. Sobre um assunto levantado pelo presidente da Junta de Talhadas, referiu reconhecer toda a legitimidade da Assembleia de Freguesia de Talhadas, atualmente eleita, e, inclusivamente, no executivo, portanto, reconhecia toda a legitimidade para eles tomarem as deliberações que achassem por bem. Disse ter feito parte de uma assembleia de freguesia, em 2011, que também tinha exatamente a mesma legitimidade e que, nessa altura, o assunto sobre a entrega do serviço de água tinha sido abordado. Disse não ser isso que o levava ali em causa, porque toda a gente tinha o direito de voltar atrás ou alterar decisões, mas que não podiam por em causa que a deliberação tomada em 2011 não fosse legítima. Referiu que, um milhão e duzentos mil euros tinham sido investidos com base no pressuposto de virem a ser ressarcidos com o serviço de saneamento e com o fornecimento de água à freguesia. Dirigindo-se ao presidente da Câmara, perguntou se a Câmara Municipal estaria disposta a ajudar a Junta de Freguesia de Talhadas a fazer o reembolso daquela verba, caso a AdRA viesse a pedir uma indemnização compensatória. Perguntou, ainda, se a Junta de Freguesia de Talhadas, com um orçamento de cerca de duzentos mil euros, iria ver hipotecado o seu futuro durante os próximos vinte anos?-----

Foi, novamente, dada a palavra a de **Sérgio Silva** que disse perceber que a resposta fosse a mesma de sempre, mas que não tinha perguntado se havia um projeto no Orçamento Participativo ou não, para aquele local, nem tinha perguntado se ia haver mais trilhos a serem implementados, ou não, para aquele local. Disse ter perguntado por onde era o caminho público para a ponte pedonal pública, construída por aquela Câmara Municipal sobre o Rio Gresso, no sítio da Quinta dos Bragas? Pediu que, pelo menos, lhe desse um ponto de referência, ou seja, se o caminho sai de alguma estrada nacional, de algum caminho florestal, ou de algum trilho pedestre ou se era de pára-quadras que teriam de ir para a ponte se a quisessem visitar.-----

Foi dada a palavra a **Tony Martins** que disse não saber como se enquadrava, ao abrigo do regimento, o facto de o membro Carlos Tavares ter vindo à sessão, quando tinha sido solicitada a sua substituição.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que a informação lhe tinha sido dada muito em cima da hora, por e-mail, de que, em princípio, o membro Carlos Tavares não poderia estar presente, por razões profissionais, e que seria substituído pelo senhor Cesário Costa, mas que não via qualquer problema.-----

Tony Martins disse que, por e-mail devia indicar quem seria o seu substituto e que, nesse caso, o membro não tinha poderes nenhuns por ser um substituto.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse ter sido informado que, em princípio, seria o Secretário ou a Tesoureira da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, mas que não tinha havido, depois disso, uma clarificação.-----

Tony Martins disse considerar que, nos termos do regimento, ele não podia estar a ser representado.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse não ser essa a sua interpretação.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que disse não ter respondido à intervenção de **Renata Marques**, porque a maior parte das observações tinham sido no sentido de congratular aquilo que tem sido feito nalgumas áreas, mas aproveitou para dizer que, quanto à praia fluvial, efetivamente estavam a ser reunidas as condições para a sua abertura na época balnear com as condições mínimas ou, até, com condições melhores do que no ano anterior. Relativamente à limpeza dos terrenos, disse estarem a ser desenvolvidas várias intervenções, estando terminada a intervenção para a limpeza das zonas envolventes às zonas industriais, e agora estava a ser realizada a limpeza das faixas de combustível de todas as estradas principais, estando a decorrer a bom ritmo por todo o concelho, portanto, iriam continuar até concluírem todas essas áreas de limpezas nas proximidades das vias principais. Quanto à intervenção de Jorge Graça, informou que o Vice-presidente tinha reunido com a DGEstE, para a definição da rede escolar e do funcionamento das turmas nas várias escolas, e nessa reunião foi decidido que, o concelho de Sever do Vouga deveria ser diferente dos outros nesta perspetiva, porque, tinha feito uma reorganização há uns anos, nos grupos de turmas, sempre na tentativa de fazer turmas com o menos número de anos possível, mesmo indo buscar alunos aqui e acolá para depois elas serem turmas com o mínimo de anos possível. Portanto, como éramos um concelho que estava organizado de forma diferente, a delegada regional propôs que ficássemos de fora daquela definição para nos organizarmos numa reunião tripartida. A DGEstE ficou em convocar uma reunião com a Câmara Municipal e o agrupamento de escolas para se redefinir aquilo que era a nossa proposta inicial. Foi elaborada, antecipadamente, uma proposta para se transmitir o que se queria em cada freguesia e agora, por via da alteração que estava prevista com o Centro Escolar e pelo facto de não ser reorganizado o Centro Escolar para este próximo ano letivo, uma vez que a obra não está pronta, algumas dessas escolas funcionavam aqui com poucos alunos, com a afetação de alunos de outras escolas. Vai-se tentar que isso funcione mais ou menos dentro desse esquema ate haver a tal reorganização das escolas mais próximas do centro da vila e, até ao momento, essa reunião ainda não foi convocada. Mais disse que, ontem, tinha conseguido falar com a responsável da DGEstE, que até faz parte do nosso Conselho Municipal de Educação, Dr. Rigoberto, o qual transmitiu que a

proposta que mandaram será tomada em consideração e daquela reunião não deveria ser alterado o modelo que estava a funcionar antes, porque não se sabe se vai reabrir o jardim de Couto de Esteves e estavam a aguardar a realização dessa reunião para se discutir a sua reabertura. Relativamente à AdRA e um possível pedido de reembolso ou indemnização, disse ser um assunto a ser tratado pela Junta de Freguesia de Talhadas, sendo que o município, não sendo detentor do sistema, não iria cobrir esse prejuízo. Voltando à intervenção de Sérgio Silva, disse ter passado naquele local dezenas de vezes e que, antes de existir a ponte atual, havia lá outra com uma placa, duas vigas de cimento e um estrado de cimento ou betão, que servia de passagem para a outra margem. Mais disse ser onde tem um carreiro de passagem que dá para ligar a um caminho para Sanfins. Por fim, disse que os percursos estavam a ser definidos.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que solicitou, em nome do grupo municipal CDS-PP e na sequência da intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal a defesa da palavra como protesto que será apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia, senhor António Dias.-----

António Dias interveio para dizer que o assunto da água tinha sido discutido no local próprio, que não era a Assembleia Municipal de Sever do Vouga, e que se o senhor Jorge Graça quisesse discutir, ia à Assembleia de Freguesia de Talhadas e expunha a questão. Perguntou porque é que ele não tinha aparecido quando o assunto da água da freguesia de Talhadas tinha sido, recentemente, discutido. Mais disse que a Junta também tinha reuniões livres, portanto, também podiam ir lá e intervir, portanto, a água era um assunto da Freguesia de Talhadas e não da Assembleia Municipal. Informou que Assembleia tinha deliberado, por unanimidade, manter a água, na qual estava o ex-presidente da Junta de Talhadas, antigo tesoureiro, portanto, deliberou, acabou. Solicitou que aquele tema não viesse à Assembleia Municipal, pois, se quisessem debater, deveriam ir lá, assistiam, intervinham e ponto. Aproveitou para perguntar porque é que não tinham sido contemplados todos os lugares da freguesia com saneamento? Referiu que, nem todas as casas dos lugares de Talhadas, Silveira e Doninhas tinham saneamento, quanto mais o resto. Do milhão e duzentos mil euros, afirmou que Vilarinho estava contemplado e perguntou se tinham recebido esse dinheiro. Perguntou se o Conselho Diretivo dos Baldios do lugar de Talhadas, do qual Jorge Graça era membro, tinha recebido a contrapartida pela cedência de um terreno da ETAR que, até à data, ainda não tinha sido feita.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Patrícia Santos** que disse não conseguir perceber porque é que, só em 2019, se tinha chegado à conclusão de que o parque da Cabreia e a Cascata da Filveda estavam em mau estado, uma vez que estavam há anos. Perguntou porque é que iriam tirar de uma freguesia para a outra e se não havia onde ir buscar dinheiro a outro sítio? Perguntou se não podiam ir buscar uns milhõesitos a outras obras e meter naquelas obras em vez de andar a tirar de uma freguesia para a outra? Questionou se era pelo facto de uma ser mais pobre e ter menos habitantes do que a outra? Disse não perceber e que era apenas a sua opinião.-----

Jorge Graça interveio para dizer que não tinha sido ele a trazer o tema de água para a sessão, tendo intervindo numa resposta. Afirmou não se sentir condicionado por ninguém, a não ser pelo senhor presidente da mesa que lhe podia tirar a palavra. Disse não ter feito uma pergunta, nem discutido o assunto da água, aliás, tinha dito que a Assembleia de Freguesia de Talhadas tinha toda a legitimidade para fazer o que quisesse. Afirmou ter perguntado se a Câmara Municipal estava disposta a ajudar a Junta de Freguesia a resolver esse problema ou se a Junta de Freguesia, com um orçamento de duzentos mil euros, ia ver hipotecado o futuro daquela freguesia durante mais vinte anos.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**. Respondendo à intervenção de **Patrícia Santos**, disse ser óbvio que a situação da Cabreia era do seu conhecimento há mais tempo, pois, ao longo do tempo, as coisas perdiam qualidade e estragavam-se, tendo chegado a altura para proceder a uma intervenção, assim como na Filveda. Sobre a questão do

orçamento, afirmou não estar a ser retirada verba de uma Junta de Freguesia para outra, pois os orçamentos não eram definidos por freguesia, eram definidos por obras e, uma vez que as verbas não caíam do céu, era necessário fazer alterações nas rubricas.-----
Antes de procederem à votação da moção apresentada pelo CDS, e por consenso entre os diversos grupos municipais, o **presidente da Assembleia Municipal** propôs à Assembleia Municipal um voto de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento, no dia 04 de junho, do senhor Pedro Simão Bastos, antigo deputado municipal, naquela Assembleia Municipal, que foi, durante muitos anos, militante do CDS, rotário e, ainda, foi cofundador e presidente do CDC de Paradela, tendo tido uma atividade intensa na comunidade em que esteve inserido. Colocado o voto de pesar à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Após o minuto de silêncio, o presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da moção do CDS:-----

“Considerando que:-----

- 1. Existe a necessidade de aproximar os eleitos e eleitores e adotar uma maior transparência na gestão autárquica, a Assembleia Municipal acha que é o momento de facilitar o acesso dos cidadãos de Sever do Vouga aos órgãos deliberativos e executivos do poder local, por forma a criar uma maior proximidade entre os cidadãos e o poder autárquico;-----*
- 2. Está prevista legalmente a participação do público em todas as reuniões de Assembleia Municipal e numa reunião mensal da Câmara Municipal;-----*
- 3. É importante estimular a participação de todos os munícipes nessas reuniões públicas de modo a aproximar eleitos e eleitores;-----*
- 4. É do interesse dos órgãos municipais estarem juntos das populações de modo a conhecerem melhor os seus problemas e suas necessidades;-----*
- 5. Que, até hoje, não foi dada qualquer execução, por parte da Câmara Municipal, à deliberação da Assembleia Municipal, aprovada em reunião de 17 de dezembro de 2018, no sentido de assegurar a transmissão ao público das suas reuniões;-----*
- 6. Por essa razão, as reuniões dos órgãos municipais terão toda a vantagem em realizarem-se de forma descentralizada nas várias freguesias do concelho de Sever do Vouga.-----*

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera:-----

- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Sever do Vouga que passe a realizar a sua reunião pública mensal de forma descentralizada nas várias freguesias do concelho, revendo para este efeito o seu regimento;-----*
- 2. A criação de um grupo de trabalho constituído pelo presidente deste órgão e por um representante de cada um dos partidos representados no mesmo, de modo a que o seu regimento passe a contemplar a possibilidade de realização das reuniões também de forma descentralizada em cada uma das freguesias do concelho;-----*
- 3. Que a realização descentralizada das reuniões passe a ser articulada com as juntas de freguesia tendo em conta as datas, horários, locais e formas de publicitação devidamente apropriadas.-----*

Colocada à votação, a moção foi aprovada, por maioria, com quinze votos a favor dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Isabel Tavares, José Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins e dez abstenções dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que disse ter verificado, na comunicação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal, que a rubrica do Orçamento Participativo 2019 apresenta os projetos e a votação. No entanto e após a insistência da sua bancada em obter informação acerca dos relatórios anteriores de avaliação do orçamento participativo dos anos anteriores, os mesmos nunca chegaram a ser entregues. Perguntou, mais uma vez, e por ter conhecimento de que eles existem, porque é que ainda não tinham sido enviados, apesar de o senhor vice-presidente, na última assembleia, ter dito *“Sobre os relatórios do Orçamento Participativo, informou estarem elaborados, mas que não tinham sido disponibilizados a tempo de serem incluídos nos elementos para a presente sessão, mas que a Diana se assim o entendesse, em vez de esperarem para a próxima sessão, podiam ser enviados”*. Relativamente às obras em execução, disse verificar que existem obras suspensas, com data do fim da obra em janeiro de 2019 e com penalizações diárias. Questionou quem tinha suspenso a obra, a Câmara Municipal ou outras entidades? Mais questionou como iria ser calculada a penalização e qual o seu montante. Afirmou ser necessário prestar contas e que a bancada do PSD, como órgão fiscalizador, não iria prescindir de saber desses cálculos. Perguntou se, até à data, ainda nenhuma tinha sido concluída? Relativamente ao Centro Escolar, tema abordado em todas as assembleias municipais, disse ter-se deparado com um pedido de prorrogação, por um ano, do empreiteiro, a menos de dois meses do final da obra, quando aquela assembleia, inúmeras vezes, alertou para o atraso na execução da obra, onde sempre tinha sido informada que o prazo iria ser recuperado, citando a ata n.º 253 de 07 de dezembro de 2018: *“... O Senhor Vice-Presidente que nenhuma das partes interessadas sentiu a necessidade de mexer no cronograma, essencialmente quanto à execução final, porque entendem que o atraso é recuperável e, se começar, já no início do ano, a entrar equipamentos, de AVAC, ar condicionado, e de eletricidade, a taxa de execução irá disparar...”*. Perguntou o que é que tinha acontecido a uma obra, que foi a bandeira do PS nas últimas eleições, para que, a menos de dois meses da data de conclusão, viessem agora surpreender com um pedido de prorrogação de um ano e com uma taxa de execução baixíssima?-----

A intervenção seguinte foi a de **Pedro Mendes** que disse ter três assuntos relacionados com a informação escrita para a qual pedia atenção e esclarecimentos. Em primeiro lugar, e em relação à informação sobre o Vougapark, disse ser referido que está a decorrer, ou foi realizado, um questionário para as necessidades de formação na região. Perguntou a quem tinha sido dirigido o questionário e se podiam ter acesso à metodologia utilizada. Mais perguntou de que forma estava a ser aplicada aquela metodologia e qual seria o passo seguinte àquele processo, ou seja, depois do estudo, o que é que a Câmara Municipal estava a pensar fazer com os resultados obtidos no inquérito. Relativamente ao Erasmus+, perguntou como funcionava, de que forma estava envolvido o município, se tinha sido por convite ou por iniciativa própria, se previam que possa ser replicado para outras situações e qual tinha sido o critério para a seleção dos parceiros. Reforçando aquilo que tinha sido dito por Paula Coutinho, relativamente às obras do Centro Escolar de Sever do Vouga, disse ter tido a oportunidade de fazer uma ligação que, talvez, pudesse explicar. Com uma execução orçamental 40% abaixo das previsões, devido a projetos do Portugal 2020, questionou se havia alguma relação direta entre as obras do Centro Escolar de Sever do Vouga e a baixa taxa de execução orçamental e, se não, de que obras e de que execução estavam a falar, pois, como o nome indica Portugal 2020, terminará em 2020. Sobre a empreitada de Reparação de Pequenos Troços e Largos III, questionou se a Câmara Municipal tinha aplicado as penalizações diárias. Disse ter verificado que a obra da Travessa da Variante de Cedrim tinha sido suspensa pela AdRA, ou por intervenção da AdRA, e questionou o que tinha sido feito, desde a última Assembleia Municipal, em que

aquele assunto tinha sido trazido. Relativamente às obras em atraso, questionou se a Câmara Municipal, porventura, não equacionava a resolução dos contratos, porque se as obras estavam em atraso, não poderiam continuar em atraso eternamente, pois tinham um impacto nos severenses e na sociedade civil. Mais perguntou o que pensavam fazer para solucionar os problemas decorrentes dos atrasos.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Silva**. Referiu que Sever do Vouga era muito mais do que o Vougapark, do que as atividades realizadas no museu municipal, do que o que acontece na Biblioteca Municipal, do que é a feira quinhentista, e do que são as obras eleitoristas. O concelho de Sever do Vouga são pessoas, mas, infelizmente, a inoperância de sucessivos executivos tinha levado Sever do Vouga à cauda dos rankings do desenvolvimento económico, à perda de população e ao envelhecimento e ao abandono dos residentes. Afirmou que grande parte da população continuava a verter o tubo de esgoto para a levada a céu aberto, continuava a entrar e a sair de casa pela lama e continuava a ver o lixo amontoado fora dos contentores e à espera de ser recolhido, sendo que, atualmente, não se desenvolviam aquelas e outras infraestruturas básicas em detrimento da ginástica financeira para se poder aumentar um parque escolar que ficará às moscas no futuro. Mas na informação escrita tudo parecia estar bem, e as suas trinta e quatro páginas, pintadas de cor de rosa, não eram mais do que uma camuflagem de um concelho que se vestia de negro todos os dias.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**. Disse que pensava terem já seguido os relatórios do Orçamento Participativo e que lamentava se assim não fosse e prometeu que faria o seu envio aos líderes das bancadas. Sobre a variante de Cedrim, informou que a mesma tinha sido suspensa a pedido do município, por ter-se verificado que havia necessidade de incluir uma conduta de água e o empreiteiro não estaria disponível para incluir isso na obra. Mais disse que, suspensa a obra, a AdRA foi pressionada para fazer essa empreitada de colocação da conduta de água, naquele troço, e a AdRA, tendo solicitado um orçamento ao empreiteiro daquela obra, só que a AdRA não ficou convencida com o orçamento que ele deu e não o aceitou, pelo que está a abrir um procedimento. Informou que, uma vez que isso iria demorar, o município tinha decidido concluir a obra e contactou o presidente da Junta de Freguesia, no sentido de colocar a conduta na estrada para a obra ser finalizada. Relativamente ao Centro Escolar, disse não existir, ainda, uma prorrogação de prazo e que achava muito estranho a Assembleia Municipal saber de um pedido de prorrogação de prazo, que ainda não existe oficialmente, estando o processo em análise. Quanto à baixa taxa de execução, disse que grande parte da execução daquela obra estava nos equipamentos que estavam preparados, mas que não estavam faturados e que, quando os equipamentos comessem a entrar em obra, as taxas de execução iriam aumentar gradualmente e consideravelmente. Quanto ao Vougapark, informou que o inquérito estava relacionado com a angariação de informação sobre as necessidades de formação, seja ela para ser feita diretamente pelo Vougapark ou pela incubadora de empresas ou pela escola profissional, e que o alvo tinha sido as empresas e os trabalhadores. De seguida, informou que o Erasmus+ era um programa do qual o município era parceiro, juntamente com a Escola Profissional de Aveiro e que as atividades promovidas pela Câmara Municipal eram financiadas pela candidatura. Mais informou que aquele programa estava relacionado, também, com a formação muito específica e com ligação às empresas que acolhem formandos com formação específica para integrar o quadro das empresas. Sobre o Quadro 2020, o presidente da Câmara Municipal disse ter o acompanhamento da CCDR, entidade que dava as instruções de quando apresentar as candidaturas. Informou que os projetos maiores do programa 2020 tinham sido aprovados num bolo inicial intitulado Pacto de Desenvolvimento da Região de Aveiro, onde cada município sinalizou os projetos que queria afetar, sendo que o município de Sever do Vouga tinha priorizado alguns na PARU, programa de reabilitação urbana. Mais informou que as candidaturas dessas obras eram lançadas em separado, após o aviso da CCDR, portanto, não estavam a ultrapassar, em nenhuma delas, o prazo de

execução porque, algumas delas nem sequer tinham a candidatura aprovada para a contagem inicial dos prazos. Sobre as passadeiras, informou que esse trabalho estava inserido numa candidatura relacionada com a mobilidade e acessibilidades e que, enquanto isso, não iriam avançar com obras para se esperar que fossem financiadas dentro da candidatura. Quanto aos rankings, disse que aqueles que encontrava não denunciavam aquilo que Sérgio Silva tinha referido, longe disso, eram muito abonatórios para o concelho. Sobre os pavimentos, disse estar atento, mas que não podiam estar em todo o lado. Quanto ao saneamento, informou que a AdRA fazia as obras seguindo a sua estratégia e os seus orçamentos, sendo certo que o concelho não tinha perdido com isso e que os investimentos todos, se fosse com o orçamento do município, nem um terço estariam feitos. Ainda assim, com os últimos investimentos, o concelho tinha passado de 22% para mais de 70% de cobertura, valor medido pelo número de utilizadores abrangidos, portanto, estavam a dar um salto grande com os investimentos da AdRA.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Paula Coutinho** que solicitou um esclarecimento relativamente à travessa da variante de Cedrim, sobre a qual o senhor presidente tinha dito que a suspensão tinha sido solicitada pela Câmara Municipal. Perguntou como é que iriam ser calculadas as penalizações. Perguntou, ainda, quais as datas de início e fim da suspensão, uma vez que o presidente da Câmara Municipal tinha dito que a Câmara Municipal já estava pronta para fazer a obra, pois já tinha orçamento e a Junta de Freguesia também iria ajudar na elaboração da mesma, portanto, até ao pedido de suspensão da Câmara Municipal, os cálculos da penalização diária já podiam ser feitos. Relativamente ao Centro Escolar, disse ter retratado aquilo que foi dito na ata da Câmara Municipal, n.º 13 de 2019, que era aquilo que o senhor presidente tinha dito, na altura, e que voltou, de certa forma, a dizer, não na íntegra, mas em parte, porque na ata também dizia haver uma forte tendência de negociar o prazo, não talvez para um ano, mas de forma a ser ou a entrar no próximo ano letivo, portanto, não estava ali a inventar nada.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que disse haver pedidos de esclarecimento, dos vários grupos municipais, mas que, cada vez se sentiam menos esclarecidos. Afirmou que as questões e os avisos, nomeadamente em relação ao atraso existente na construção do Centro Escolar, eram desvalorizados olímpicamente e agora admiravam-se que a obra estivesse atrasada quando era evidente que as coisas não estavam a correr bem? Sobre o relatório do Ecocentro, disse esperar que no mesmo esteja a razão e de quem era a responsabilidade do seu atraso. Perguntou em quanto é que importavam, atualmente, as penalizações, quer na reparação dos pequenos troços e largos, quer na variante de Cedrim, obra suspensa por indicação da Câmara Municipal. Afirmou que a responsabilidade pelo atraso naquela obra era da Câmara Municipal, porque tinha mandou parar a obra quando ela já estava atrasada, portanto, estava-se a arranjar uma justificação para o empreiteiro não ter de ser mais penalizado. Perguntou se era isso que estava em cima da mesa? Disse ser evidente que essa matéria era, para si, motivo de escrutínio e que tinha de insistir para ser esclarecido relativamente à responsabilidade pelos atrasos naquela obra. Por último, em relação à questão das passadeiras, reiterou a sua preocupação com a segurança dos peões.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal**. Informou que, embora a comunicação do técnico dissesse que estavam sujeitos a penalizações, isso não significava que fossem aplicadas e, se havia uma suspensão solicitada pelo dono da obra, deixava de haver penalizações sobre esse período. No caso do Centro Escolar, informou que ainda não estava concluído o pedido de prorrogação e, se houvesse um pedido de prorrogação, deixaria de haver penalizações a partir do momento em que a prorrogação fosse autorizada. Sobre os pequenos troços, disse ter informado o empreiteiro sobre o valor das penalizações. Quanto ao facto de terem alertado a Câmara Municipal sobre os atrasos, afirmou ter feito o mesmo nas reuniões de obra, todas as semanas, mas que não podia ir buscar gente a casa para ir trabalhar e que o empreiteiro prometia, sistematicamente, que ia reforçar o número de trabalhadores, para depois dizer que não tinha conseguido

subempreitar, portanto, tinha havido um acumular de atrasos e, se tivessem conseguido passar, em algumas alturas, de quinze para quarenta trabalhadores, que era aquilo que a alteração do cronograma previa, era possível recuperar prazos.-----

1.2 Prestação de Contas Consolidadas 2018: - Foram apresentadas, pelo presidente da Câmara Municipal, as demonstrações financeiras consolidadas, respeitantes ao ano de 2018, que foram elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, publicada no DR II Série n.º 126, na sequência da obrigatoriedade de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que disse não estarem em causa apenas as contas do município, mas, também, as contas da Agim, uma associação a que o senhor presidente da Câmara presidia e que contabilizou, em diferimentos, cento e sessenta e dois mil euros que, na realidade, deveriam ter ido à conta de resultados, o que significava que a Agim invocava ter um dinheiro a receber do município. Disse que, a última vez que tinha vindo uma proposta de uma transferência a favor da Agim, a mesma tinha sido retirada, não tendo sido reapresentada durante o ano de 2018, pelo que, em caso algum, esse dinheiro poderia ser contabilizado pela Agim como sendo um dinheiro a receber. Disse ser preocupante o futuro da Agim, especialmente porque, olhando para os resultados transitados, os mesmos demonstravam que a Agim estava, tecnicamente, falida e sendo o senhor presidente da Câmara também presidente da Agim, havia um problema muito complicado para resolver, do ponto de vista político, porque era o primeiro responsável pela gestão da Agim. Além do mais, o senhor presidente assinava um relatório e contas da Agim, que o revisor oficial de contas dizia não corresponder à verdade, aliando os serviços municipais que corroboravam exatamente isso. Disse haver um problema grave, do ponto de vista político, que carecia de um esclarecimento perante a Assembleia Municipal. Relembrou as objeções levantadas pelo presidente da União das Freguesias de Cedrim e Paradela aquando da apreciação da proposta de celebração de um protocolo com a Agim. Afirmou que o relatório e contas não estava em condições de ser aprovado, porque deveria ser corrigido de modo a incorporar as objeções colocadas pelo revisor oficial de contas, pelo que o resultado da Agim deveria ser agravado com menos cento e sessenta e dois mil euros, a acrescer ao resultado negativo da Agim. Referiu que, em bom rigor, face às informações disponíveis, aquele relatório deveria ser retirado e refeito, devendo constar aquilo que é a verdadeira situação financeira da Agim. Mais disse que a Agim não devia estar a concorrer com empresas privadas, pois não era essa a sua função e se há empresas que faziam melhor e mais barato, deviam ser elas a fazê-lo, mas que a Agim tinha um papel a desempenhar e, atualmente, parecia-lhe haver um perfeito desnorte, não se sabendo o que é que o município pretendia fazer da Agim, o que, para si, era um motivo de particular preocupação.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Tony Martins** que disse, após análise dos documentos relativos à consolidação de contas 2018 e, também, ao relatório de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, via com preocupação a emissão de um parecer “*com reserva de opinião*”, não tendo o auditor convicção plena na demonstração dos resultados quanto a dois pontos: o primeiro relacionado com o inventário dos bens móveis e imóveis, assunto já ali foi abordado pela sua bancada em anteriores sessões e mais recentemente, na última sessão. Disse saber que é uma tarefa complexa e extensa, mas que deveria ser feita em nome da boa gestão e do dever de transparência do município para com os seus cidadãos. Afirmou que o inventário é um instrumento económico-financeiro de extrema importância, no âmbito da gestão e controlo da atividade patrimonial, tornando-o essencial para a implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e assim, é por demais evidente que o executivo deveria tomar medidas

“urgentes e prioritárias” com vista a sanar o problema de fundo. Referiu apenas ser possível proceder a um bom planeamento e gestão do município se *“conhecermos bem os cantos à casa”*, ou seja, se houver um conhecimento claro de todo o património móvel e imóvel, bem como de todos os recursos disponíveis. Referiu o segundo ponto, que respeitante às contas consolidadas da entidade Agim, dizendo que o relatório refletia as contas do município, em que se inserem, também, as contas da entidade Agim, visto estar detida em 95,36%, pelo município, e apenas 4,64% por sócios privados. Em primeiro Lugar disse querer deixar bem claro que considera a Agim como um projeto merecedor do seu respeito e admiração, em que muito contribuiu para que Sever do Vouga fosse, atualmente, reconhecido como Capital do Mirtilo. No entanto, esse facto não o ilibava do seu dever como membro daquela digníssima Assembleia Municipal, que é o de supervisão e fiscalização dos assuntos relacionados com o município. Assim sendo, manifestou a sua preocupação nos seguintes pontos: qualquer variação nas contas daquela entidade (positivo ou negativo) tinham um impacto direto nas contas do município; a posição dominante da participação do município naquela entidade acarretava uma maior responsabilidade na supervisão e tomada de posição nas decisões; as regularizações efetuadas na Agim, em 2018, perfaziam um montante de cento e setenta e um mil, duzentos e trinta e cinco euros, numa operação algo *“confusa”* em que, até o próprio revisor de contas, não se podia pronunciar quanto à sua razoabilidade. Em nome da transparência, disse julgar que toda a Assembleia Municipal gostaria que o Dr. Hélder Pereira os esclarecesse melhor sobre a frase explanada no seu relatório, que passou a citar: *“Em 2018, foram efetuadas regularizações, no montante de € 171 235,00 registadas em outras variações do capital próprio, nas contas individuais da componente e em resultados transitados, nas contas consolidadas do grupo, que incluem os referidos acréscimos de proveitos, uma vez que não obtivemos prova suficiente sobre a regularização efetuada, não nos podemos quanto à sua razoabilidade”*. Por fim, reiterou que a Agim deve continuar o seu trabalho no apoio da dinamização da economia local, valorização e dinamização de recursos e produtos endógenos, mas que não deve representar um encargo para os cofres do município. Pelos motivos invocados, anunciou que o sentido de voto da bancada do PSD seria o de votar contra o documento.-----

A intervenção seguinte foi a de **Ana Mendes** que começou por dizer que a Agim, conforme era sobejamente sabido, era uma associação de direito privado, constituída em 2006, tendo o município de Sever do Vouga sido o grande mentor daquela entidade, que a idealizou e formou com o intuito de angariar apoios comunitários para o concelho, procurando, por aquela via, apresentar candidaturas em condições mais vantajosas. E, efetivamente, foram muitas e relevantes as intervenções em domínio público, *“patrocinadas”* por apoios comunitários recebidos, na sequência das candidaturas aprovadas, apresentadas pela Agim. A título de exemplo, citou o projeto de regeneração urbana, que permitiu aumentar e valorizar, de forma extraordinária, os mais variados espaços públicos da vila, dando-lhes o aspeto aseado e ordenado que hoje possuem, assim como o edifício onde atualmente está instalado o Vougapark. Referiu que, sem a intervenção da Agim na obtenção daqueles apoios, nas condições em que foram atribuídos, o município de Sever do Vouga jamais teria envergadura para executar aquelas obras, e, fazendo-as, teria privado, significativamente, muito do investimento efetuado nas demais áreas e freguesias do concelho. Disse ser evidente que aquele trabalho da Agim só tinha sido possível atento o apoio do município, que era também o seu beneficiário e que, paralelamente, a Agim tinha-se aberto à comunidade, prestando serviços a todos os cidadãos que a contactavam, de modo a garantir alguma autonomia em relação ao município e promover a apresentação de candidaturas e recebimento de apoios no concelho de Sever do Vouga. Mais disse que, embora a Agim tivesse sido constituída com esse fim, cedo quis desbravar outros territórios e, vendo o enfãse crescente dos pequenos frutos no concelho, percebeu que seria necessário aproveitar a leva e promover aquela riqueza. E percebeu que, Sever do Vouga, pelas suas condições endógenas, produzia mirtilo de

características e qualidade especiais, que o destacavam e projetavam em relação a produções de outras localidades. Disse que, para tal, a par das dezenas de candidaturas para os jovens agricultores, (entre muitas outras), sentiu a necessidade de demarcar o território, iniciando a organização da Feira do Mirtilo, que alguns anos depois passaria a Feira Nacional do Mirtilo e culminaria na atribuição da distinção de Capital do Mirtilo ao concelho de Sever do Vouga. Explicou que, volvidos alguns anos, implementou o projeto da bolsa de terras, que disse considerar um projeto extraordinário, digno de reconhecimento ao mais alto nível, pela valorização do território que proporcionou ao concelho. Disse ter frisado, apenas, algumas das atividades de relevo da Agim, pois, conforme era do conhecimento geral, há largos anos que aquela associação prestava um apoio atento e qualificado aos agricultores do concelho, a custo significativamente inferior ao valor cobrado aos produtores sediados fora do concelho, de modo a permitir que os agricultores severenses fossem capazes de suportar aquele custo, e assim, garantir a maior qualidade do trabalho desenvolvido e do produto obtido. Disse não ser de menosprezar a organização e promoção de formações financiadas para os severenses, que tinha permitido qualificá-los para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente. Referiu que poderia ficar ali a dissertar sobre o que considerava ser a importância daquela associação para o concelho, mas, a avaliar pela generalidade das intervenções que tinham sido feitas sobre aquela entidade, entendia desprovido de interesse. Afirmou que todos sabiam que, independentemente da sua situação económica atual, aquela associação, pelo caminho que tinha feito, assumia-se como uma entidade de interesse público para o concelho, mas, atualmente, por razões que não entendia e considerava desprovidas de sentido, tinha chegado a um estado de sufoco que, se nada for feito, determinaria a sua apatia total e consequente extinção, com prejuízo relevante para o concelho. Sobre a Agim viver na dependência do município, como se isso fosse uma menos valia, afirmou que os hospitais e as escolas públicas, ou os tribunais, viviam na dependência, quase total, do governo e ninguém contestava a sua relevância. Disse não lhe parecer que alguém visse, ali, uma concorrência desleal com as clínicas e escolas privadas ou os centros de mediação. Efetivamente, a Agim não visava obter lucro e, por isso, entendia que nunca se tivesse assumido como uma entidade desreguladora da salutar concorrência, tendo sido constituída com o fito de servir a comunidade e, assim, se tinha mantido ao longo dos anos, trabalhando, exclusivamente, para valorizar os recursos e as gentes do concelho e com muito mérito daqueles que tinham abraçado aquele projeto, pelo trabalho irrepreensível que tinha feito. Disse aceitar opiniões dissonantes, mas que não corroborava versões distorcidas, por isso, queria deixar ali vincado que, tendo trabalhado ao longo de vários anos a par com aquela esta associação, sabia que a sua dinâmica e sobrevivência deviam-se mais ao esforço pessoal e profissional daqueles que sempre ali trabalharam, pelo empenho que sempre votaram naquele projeto, do que aos apoios municipais recebidos. Dizer que a Agim era um peso pesado, porque carregava uma dívida de montante elevado, na sua opinião, era querer anular, de forma grosseira e injusta, o trabalho de mais de uma década, com resultados vincadamente positivos no concelho e que, na verdade, a dívida da Agim, confrontada com a notoriedade e os apoios comunitários angariados para o concelho e a valorização pessoal e profissional proporcionada, nas mais variadas áreas, aos severenses, configurava uma gota diluída no oceano, face aos milhões de retorno que proporcionou a Sever do Vouga. Afirmou que a Agim era, para si, um “parente” do Vougapark, que devia ser acarinhado e abraçado com a mesma garra e determinação e que, certamente, muitos não o saberiam, mas o Vougapark era um projeto comum do município de Sever do Vouga e algumas das empresas de relevo do concelho, que foi concebido e formalizado como empresa municipal, com o intuito de promover a formação e a constituição de empresas, mas que, antes mesmos de iniciar atividade, teve que ser reinventado, atenta a entrada em vigor do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e as inúmeras restrições aí previstas e, na altura, temeu-se a consolidação do projeto, mas, a determinação era desmedida e, depois da internalização, o município investiu

afincadamente, tornando o Vougapark no emblemático nicho de empresas e empreendedorismo que todos conheciam. Efetivamente, teria sido uma desmesurada perda deixar cair o Vougapark e as imposições legais que tinham fundamentado a internalização do Vougapark eram semelhantes às limitações que vedavam, de forma clamorosa, há alguns anos, a concessão de qualquer tipo de apoio à Agim, mesmo destinando-se tal apoio a compensar as atividades por ela desenvolvidas, que constituíam verdadeiras atribuições do município, e que, obviamente, não tinham um rendimento proporcional associado. Disse entender, por isso que, superado que estava o desafio Vougapark, e retirando daí a devida lição, impunha-se abraçar e reinventar o projeto Agim, fazendo regenerar aquela instituição, de modo a garantir que o município consiga cumprir as vastas atribuições que lhe estavam cometidas e que vinham sendo asseguradas por aquela associação. Disse não haver tempo para “empurrar” o problema e que eram inúmeras as limitações legais, mas que Sever do Vouga precisava, imperiosamente, daquela associação. Por isso, pediu ao executivo que avaliasse soluções, indagasse instituições e assumisse as posições que se afigurassem necessárias para revitalizar a Agim, com a certeza e a segurança de que, da sua parte e julgava que, de muitos dos presentes naquela assembleia, seriam tomadas as deliberações adequadas à reorganização e crescimento da Agim. Por fim aproveitou para manifestar, em seu nome pessoal e da bancada do PS, votos de que a 12ª Edição da Feira Nacional do Mirtilo fosse um sucesso e assim continuasse por muitos anos, desejando a todos que desfrutassem e trouxessem muitas pessoas àquele magnífico evento.-----

A próxima intervenção foi a de **Sérgio Silva** que disse ser necessário ter algum cuidado na gestão do dinheiro público. Mais disse que a política era uma atividade nobre e, como tal, devia ser prestigiada e levada a efeito com dignidade e com rigor, pois quem ia para a política devia ter a consciência de que iria servir os cidadãos e cumprir, com lealdade, as funções que lhe eram confiadas. Disse haver coisas que não se podiam fazer, a bem do poder local, da dignidade da função de autarca e da transparência na gestão de dinheiros públicos, mas que, lamentavelmente, e como dizia João Miguel Tavares, “*vivemos num país amnésico, cheio de gente que não sabe de nada, que não viu nada e que não ouviu nada*”. Disse perceber que a corrupção é um problema real, grave, disseminado, que a justiça é lenta a responder-lhe e que a classe política não se empenhava o suficiente a enfrentá-la. Afirmou que a corrupção não é apenas um assalto ao dinheiro, que é de todos, é colocar cada jovem mais longe do seu sonho, que é o de ser-se mais do que se é hoje, desvanecendo-se porque o jogo está viciado.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias**, que disse ter sido um dos membros da Assembleia Municipal que tinha votado a favor da constituição da Agim, salvo erro, em 2006 e que a Agim tinha sido constituída com o intuito de apoiar os pequenos produtores de mirtilo e, no fundo, dar, também, algum apoio à Câmara Municipal. Disse não estar contra a Agim, nem nada que se parecesse, sendo um defensor dessas associações que, no fundo, serviam o interesse público e privado, mas que estava ali para falar da parte que o tocava, como contabilista. Na Agim o Ativo é de € 38 112,27, o Passivo é de € 14 1691,12 e os Fundos Próprios negativos em € 103 578,85, pelo que o auditor colocava reservas. O valor potencial de perdas é € 273 235,45, devido a uma Conta Corrente Cauçionada de € 102 000,00, totalmente usada em 31 de dezembro de 2018. Em 2017, os Acréscimos de Proveitos eram de € 162 412,00. Perguntou porque é que, em 2018, efetuaram regularizações/imparidades na rubrica “Outras Variações do Capital Próprio” no valor de € 171 235,45? Disse que gostaria, antes de mais, que alguém da contabilidade da Agim estivesse presente porque, pelo que sabia, a contabilidade era feita no concelho, portanto, era uma vergonha o que ali estava e pediu que lhe explicassem o que se passava, até porque, não sabia se, do ponto de vista legal, de quem trabalhava na contabilidade, aquilo era correto. Mais disse que deveria ser chamado ali o responsável pela contabilidade para explicar aquele e outros movimentos.-----

O **presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para colocar algumas questões do que tinha ouvido falar, porque algumas palavras eram atrocidades completas. Informou

que o primeiro problema da Agim era se queriam, ou não, continuar a ter aquela associação. Disse que, após as últimas legislações, foram proibidas transferências diretas do município para a associação pelo facto apenas de ser o presidente, referindo estar perfeitamente à vontade para sair da Agim, sendo, para esse efeito, necessário proceder a uma alteração dos estatutos. Informou que, muito daquilo que está refletido nas contas, atualmente, eram situações passadas que tinham transitado desde o momento em que tinha deixado de haver comparticipação direta do município. Sobre as supostas comparticipações do município a candidaturas onde o financiamento não era integral, informou que qualquer candidatura tinha um fundo que era apoiado parcialmente e que, depois, era preciso suportar o resto, sendo que, atualmente, estavam, em parte, refletidas candidaturas de há cinco ou seis anos, onde se pretendeu equilibrar as contas no geral por aquilo que era suposto o município ter participado. Afirmou que a Agim era uma associação sem fins lucrativos, que não competia com outras empresas na comercialização de produtos, tendo sido criada para apoiar, primeiro, o centro da vila e, depois disso, os produtores, no apoio técnico às explorações, nunca tendo feito comercialização do produto. Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que disse ter ficado ainda mais preocupado depois da intervenção do senhor presidente da Câmara. Disse estar em julgamento a gestão da Agim, a que o senhor presidente da Câmara Municipal presidia e pela qual era o primeiro responsável e que, em relação à referida gestão que tinha levado a que a Agim estivesse, atualmente, tecnicamente falida. Mais disse que o revisor oficial de contas dizia não poder certificar as contas da Agim porque tinham sido “marteladas”, em linguagem comum, tendo começado com cento e sessenta e dois mil euros, depois, com as jogadas nos cento e setenta e um mil euros, ao longo do ano de 2018, o que não tinha explicação e que, mais grave ainda, tinha sido dito, aos serviços de contabilidade da Agim, para explicarem, para alterarem a forma como tinham classificado aquelas contas e a opção da Agim, e que o senhor presidente tinha recusado responder e esclarecer as perguntas colocadas, quer pela Câmara Municipal, quer pelo revisor oficial de contas e tinha-se recusado a corrigir as contas de acordo com as preocupações que tinham sido expressas e, pior ainda, quando a reação do senhor presidente da Câmara Municipal, ali, em Assembleia Municipal, era dizer que queria deixar de ser presidente da Agim. Disse perceber que o presidente da Câmara Municipal não tinha solução para a questão, tendo agravado o problema por não o ter resolvido e, de ano para ano, as coisas eram piores, apesar de estarem a martelar as contas, portanto, não podia deixar de fazer aquela censura ao facto de, na sua intervenção, a única solução apresentada, na verdade, em relação à Agim, era dizer que se “punha ao fresco” e que queria largar a presidência.-----

Tony Martins interveio para lembrar que, a lei que obriga a alterar, ou retificar, a situação de empresas, tal e qual como a Agim, era de 2012, ou seja, de há sete anos e que, em sete anos, nada tinha sido feito para resolver aquele problema. Relativamente à questão das contas, disse dar-lhe a sensação de que alguma coisa ali estava mal, pois, sendo a Câmara Municipal detentora de 95%, porque é que a Câmara Municipal não tem poderes de ação naquela instituição? Mais disse querer deixar bem claro e frisado, que o PSD não quer, de forma nenhuma, fechar a Agim, sendo necessário arranjar uma solução em que não se envolvam encargos para a Câmara Municipal.-----

De seguida, interveio **David Alves** que disse ter ouvido algumas calinadas e que dava impressão que estavam a analisar as contas da Agim como se de apenas um ano se tratasse. Afirmou estarem perante uma situação de, para quem percebia alguma coisa de contas, um balanço de exercício, ou seja, toda uma vida de uma empresa ou de uma associação e que os resultados de exploração de um exercício eram contas de só um ano. Disse que a Agim, em 2018, tinha tido um resultado positivo e que era natural haver algumas marteladas nas contas, em anos anteriores, para contrabalançar, para não apresentar prejuízo, quando o município deixou de poder participar diretamente. Disse ser evidente que, provavelmente, na altura, tinha sido feito na perspetiva de receber as comparticipações que, mais tarde, a Câmara Municipal acabou por não fazer, estando

valores numa conta 27, chamados acréscimos. No seu entender, o revisor, e bem, ao verificar as contas, tinha chegado à conclusão que os valores que estavam registados na conta 27 podiam ter dez anos para trás e que nunca tinham sido levados a resultados e entendeu que, pelo seu valor, era uma variação patrimonial relevante e, como tal, ia diretamente ao capital, anulando essa conta 27. Mais disse que, se não o tivesse feito, provavelmente teriam uma situação de capital positiva e estaria a dizer que a Agim estava falida. Pediu que não dissessem que aquele resultado era o resultado do exercício, porque o ano de nada tinha a ver com aquela variação patrimonial, tinha a ver com anos anteriores, de perspectivas de recebimento de subsídios da Câmara Municipal para a sua gestão e que não tinha recebido. Disse que a Agim tinha uma situação patrimonial difícil, com capitais próprios negativos, e que, a única solução possível seria a Câmara Municipal, através de protocolos fazer a cobertura de resultados ou, de facto, “saltar fora” da Agim, podendo, nessa altura, compartilhar a Agim, na forma de subsídios, para a exploração, naquilo que eles fizerem efetivamente.-----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que o membro David Alves tinha concluído exatamente aquilo que, há bocado, tinha tido intenção de dizer quando falou em deixar a Agim. Disse não ser com a intenção de fugir, mas que essa podia ser uma solução, porque, dessa forma, a Câmara Municipal podia, a seguir, financiar e subsidiar aquela entidade. Referiu estarem a falar de uma associação sem fins lucrativos, o que parecia não terem, ainda, percebido. Referiu que o membro Tony Martins tinha feito a comparação com o capital social de uma empresa, mas que não era a mesma coisa. Mais disse terem sido ponderadas várias soluções, uma delas a venda das marcas das quais a Agim era detentora, para realizar capital a partir daí. Por fim, disse que, o que interessava era saber se o trabalho que a Agim desenvolvia era, ou não, importante para o município, se queriam, ou não, continuar com a aquela associação.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo reprovou, por maioria, as demonstrações financeiras consolidadas, respeitantes ao ano de 2018.-----

Doze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Mendes, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze votos contra - Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Isabel Tavares, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Uma abstenção - José Sousa.-----

1.3 Regulamento de Incentivos à Criação de Gado Tradicional – Raça Arouquesa: - Foi apresentado o Regulamento de Incentivos à Criação de Gado Tradicional – Raça Arouquesa para apreciação e decisão.-----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **Cipriano Nogueira** que disse ser de louvar aquela iniciativa, para se conceder um apoio financeiro de cento e cinquenta euros, por cabeça de gado, sendo que o incentivo à criação da raça arouquesa era sempre benéfico, como apoio à produção local. Todavia, como já referido em intervenções anteriores sobre o assunto, a bancada do PSD questionava, novamente, o executivo sobre a quantidade de produtores de gado existentes no concelho e potenciais beneficiários daquela medida para, dessa forma, ter noção do que estava a ser feito e do que poderá ser melhorado. Disse ser necessário relembrar que aquela era uma raça de produção de carne, não sendo, assim, abrangida por subsídios de produção de leite, no valor de cento e cinquenta euros por ano, embora não fosse uma quantia assim tão elevada, já ajudava. Disse ser claro que o ideal seria existirem, também, incentivos a outras produções de gado e não estarem limitados à raça arouquesa, daí a importância primordial de saberem quantos produtores de gado havia no concelho e de que produções se tratavam, sendo esse um levantamento de suma importância. Referiu importar saber, relativamente à feira de Santiago, cuja data se aproximava, quantos severenses participavam e quantos eram beneficiados pela mesma,

pois alguns criadores de gado tinham dito que o valor da participação não era suficiente para cobrir os custos de deslocação, uma vez que a maior parte dos agricultores não tinha como transportar o gado até ao recinto da Feira. Por fim, disse que, “fazer por fazer” e “ter por ter” não era uma medida eficaz e produtiva.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Ana Mendes** que parabenizou o executivo, em nome da bancada do PS, pela medida, dizendo acreditar que investir nas origens, promovendo a sua continuidade e valorização, era sempre uma aposta ganha. Disse que, de facto, a agricultura tradicional tinha descaído e, com ela, a produção de vacas e de leite no concelho, mas daí não se podia extrair que era uma área de atividade extinta e sem qualquer relevância para Sever do Vouga. Afirmou que aquela podia ser uma iniciativa pioneira à qual se deveriam associar outras, capazes de restituir às aldeias o trabalho agrícola, ainda que a título acessório, com todos benefícios que isso implicava para a população e para o território, que assim deixava de estar ao abandono, para passar a ser fonte de produção e rendimento. Nesse sentido, aproveitou para desafiar a Câmara Municipal a desenvolver regulamentos no que respeita a florestas, estabelecendo regras e fixando incentivos, no sentido de motivar as pessoas para a sua limpeza, valorização e defesa do respetivo habitat natural, minimizando, dessa forma o impacto dos vários quilómetros de eucalipto ao abandono.-----

A intervenção seguinte foi a de **Pedro Mendes** que perguntou quais os estudos que tinham levado à realização daquele regulamento. Disse ter dúvidas em perceber se cento e cinquenta euros era pouco, ou muito, não conhecendo o objetivo concreto do mesmo, ou seja, quantos criadores de gado havia, atualmente, e quantos queriam ter no futuro. Perguntou, ainda, quantas cabeças de gado eram, atualmente, produzidas e quantas queriam produzir no futuro, assim como qual a necessidade do concelho em quilos de carne arouquesa, qual o consumo atual, ou seja, qual era o objetivo daquele regulamento.--

O **presidente da Câmara Municipal** informou que aquele incentivo tinha sido decidido com base na consulta dos poucos produtores da raça arouquesa. Quanto ao número e à existência de produtores, disse não ter essa informação exata, mas que havia muito poucos e tinham pensado em lançar a iniciativa na perspetiva de haver mais gente a participar na feira anual porque, no ano passado, só tinha participado um produtor de Sever do Vouga. Mais disse que a questão do transporte não tinha sido pensada, sequer, mas que nunca tinha visto isso como uma dificuldade, uma vez que nunca tinham transmitido essa dificuldade, tanto que, a feira anual é frequentada maioritariamente por produtores de Cinfães e Arouca e cada um trazia o gado a seu cargo para participação na feira. Relativamente aos incentivos à transformação floresta, informou que já existem incentivos estatais, em parte, mas que muita gente não aderira.-----

Foi dada a palavra a **Jorge Graça** que quis dizer que o subsídio de cento e cinquenta euros era um complemento a um subsídio existente, a nível estatal, que podia ajudar os produtores severenses a sentirem-se mais motivados a produzir. Mais disse considerar que aquela medida era importante e que viessem outras para o meio rural, porque precisava.----

De seguida, interveio **António Dias** que disse ser de louvar aquele tipo de apoio, chamando a atenção para o facto de, no artigo 1º, do regulamento, haver a condição de participação na feira do Arestal para recebimento do incentivo. Referiu que, se os agricultores tiverem de se deslocar e pagar um táxi, eventualmente, cento e cinquenta euros não iriam chegar, portanto, a forma de apoio devia ser pensada. Mais disse valorizar aquela iniciativa, mas, porque não tentar englobar outras raças, como a marinhoa, que, se calhar, era mais comum no concelho do que a raça arouquesa.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o Regulamento de Incentivos à Criação de Gado Tradicional – Raça Arouquesa para ser publicado, na sua íntegra, no sítio institucional do município e na 2ª Série do Diário da República.-----

Vinte e sete votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano

Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.4 Transferência de Competências para o Município em 2019:-----

António Monteiro interveio para dizer que a posição do CDS tinha sido sempre a de que, se o município sentisse que não estava em condições de assumir essas competências, obviamente que era essa a primeira responsabilidade da Câmara Municipal e tinham votado a favor da não assunção de competências, uma vez sendo essa a posição da Câmara Municipal. Disse ter pena, nomeadamente com um espelho de água como aquele que existe, atualmente, na barragem, de não estarem em condições de assumir as competências em termos náuticos, que seria fantástico se pudessem desenvolvê-lo. Admitiu que a própria Câmara Municipal tinha pena que assim fosse. Relativamente às delegações de competências na CIRA, disse haver algumas matérias que, do seu ponto de vista, estavam de acordo, havendo outras que, face à escassez de informação quanto a meios, a sua posição seria a de se abster, essencialmente, na área da educação, não deixando de estar preocupado em relação a essa matéria.-----

1.4.1 Área da Educação: - Foi apresentada, pelo presidente da Câmara Municipal, proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal de 23 de maio de 2019, no âmbito do processo de transferência de competências para o município, que foi deliberada nos seguintes termos,-----

Considerando:-----

1. O que dispõe na Lei n.º 50/2018 e nos:-----
 - 1.1 Decreto-Lei n.º 21/2019 sobre a educação, bem como,-----
 - 1.2 A relação de encargos anuais apresentada pelo Gabinete da Secretário de Estado das Autarquias Locais, referida no n.º 1 do artigo 69º.-----
2. Que estão estabelecidos prazos nos diplomas legais em causa aos quais temos de dar cumprimento;-----
3. Que, nos termos legais, a Câmara Municipal de Sever do Vouga tem de deliberar para submeter a sua proposta à consideração da Assembleia Municipal, para efeitos do previsto naqueles diplomas e na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, o seguinte:-----

1. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da Educação, **não assumir** em 2019 as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:-----
 - a) Depois de analisada a informação da concretização da descentralização na área da educação, como já aconteceu na área da saúde, estamos cada vez mais convictos que apenas se pretende transferir encargos para o município e muito pouco ou nada sobre a gestão desta área, com elevada importância para as populações (ou futuro) do concelho;-----
 - b) Apenas se refere às despesas com uma parte do pessoal, com as despesas das instalações do único edifício afeto à área de educação (que pertence à Parque Escolar);-----
 - c) Algumas das rubricas apresentam compensações abaixo do real, como tivemos oportunidade de comparar com a informação disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga;-----
 - d) E, por último, quanto às dúvidas sobre as reparações dos bens que pertencem ao agrupamento (material didático, científico, mobiliário e outros), porque não estarão incluídas nas compensações, e que se deseja serem esclarecidas antes da aceitação das novas competências.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, o seguinte:-----

1. Que a decisão dessa sessão seja comunicada à DGAL por forma a serem cumpridos os prazos legais.-----

Vinte e sete votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.4.2 Área da Atividade de Náutica de Recreio: - Foi apresentada, pelo presidente da Câmara Municipal, uma proposta no âmbito do processo de transferência de competências para o município.-----

Considerando:-----

1. O que dispõe na Lei n.º 50/2018 e no:-----
1.1 Decreto-Lei n.º 72/2019 sobre a atividade náutica de recreio.-----

2. Que estão estabelecidos prazos nos diplomas legais em causa aos quais temos de dar cumprimento.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, o seguinte:-----

1. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, respeitante à área da **Atividade de náutica de recreio, não assumir**, em 2019, as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:---

a) Atendendo à falta de informação sobre a forma de exercício desta competência, referida apenas sucintamente no artigo 4º deste diploma publicado em maio;-----

b) Apenas se prevê atuar no licenciamento da zona náutica da albufeira da barragem de Couto de Esteves/Ribeiradio (e da Ermida);-----

c) Como será uma atividade nova, será necessário elaborar regulamentos para as infraestruturas portuárias que venham a ser criadas neste concelho e naquela albufeira ou, porventura, na albufeira da barragem da Ermida.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, o seguinte:-----

1. Que a decisão dessa sessão seja comunicada à DGAL por forma a serem cumpridos os prazos legais.-----

Vinte e sete votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.5 Transferência de Competências em 2020 – Município: - Foi apresentada, pelo presidente da Câmara Municipal, proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal de 12 de junho de 2019, no âmbito do processo de transferência de competências para o município, que foi deliberada nos seguintes termos:-----

Considerando:-----

1. O que dispõe na Lei n.º 50/2018 e nos:-----

1.1 Decreto-Lei n.º 98/2018 jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo-----

1.2 Decreto-Lei n.º 101/2018 justiça-----

1.3 Decreto-Lei n.º 103/2018 eips bombeiros-----

1.4 Decreto-Lei n.º 105/2018 habitação-----

1.5 Decreto-Lei n.º 107/2018 estacionamento público-----

1.6 Decreto-Lei n.º 20/2019 saúde animal e segurança alimentar-----

1.7 Decreto-Lei n.º 21/2019 educação-----

- 1.8 Decreto-Lei n.º 22/2019 cultura-----
- 1.9 Decreto-Lei n.º 23/2019 saúde-----
- 1.10 Decreto-Lei n.º 72/2019 atividade de náutica de recreio-----
- 2. Que já foram aceites as transferências de competências no âmbito dos seguintes diplomas e áreas:-----
 - 2.1 Decreto-Lei n.º 97/2018 praias marítimas, fluviais e lacustres-----
 - 2.2 Decreto-Lei n.º 100/2018 vias de comunicação-----
 - 2.3 Decreto-Lei n.º 104/2018 espaços do cidadão-----
 - 2.4 Decreto-Lei n.º 106/2018 património-----
- 3. Que estão estabelecidos prazos nos diplomas legais em causa aos quais temos de dar cumprimento, designadamente quanto à aceitação da transferência de competências no ano de 2020, tendo que comunicar até 30 de junho, se os órgãos municipais decidirem pela não aceitação;-----
- 4. Que o Município de Sever do Vouga (MSV) está preparado para assumir mais competências com vista à concretização de uma melhor gestão do território e aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados aos Cidadãos, como veio a acontecer para as áreas indicadas no ponto 2 deste documento.-----

Tony Martins interveio para dizer ter explanado a sua opinião, sobre o assunto da transferência de competências, nas sessões de 25 de janeiro e 22 de fevereiro de 2019 e através da moção de 22 de fevereiro de 2019. Afirmou que todas as áreas de competência, na descentralização e transferência de competências do governo para as autarquias locais, deveriam ser analisadas e discutidas todas as áreas de competência de uma forma individual, por ser um processo complexo e delicado e que todos os órgãos autárquicos (executivo, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia), representantes dos diversos partidos e representantes dos diversos órgãos oficiais diretamente envolvidos em cada área de competência daquele processo, deveriam ser ouvidos, permitindo assim obter um consenso alargado, salvaguardando assim o superior interesse do concelho. Afirmou que o documento ali apresentado era, precisamente, o contrário disso, dizendo que a moção tinha sido apresentada atempadamente, mas que tinha havido uma total desconsideração em relação à Assembleia Municipal, por parte do executivo, que denotava a forma ligeira como os assuntos de tamanha importância para o futuro do município eram tratados e que, da sua parte, só tinha a lamentar a falta de diálogo e que tal atitude não o deixava outra alternativa senão votar contra.-----

Deliberação:-----

- a) Considerando que se mantêm os mesmos pressupostos que serviram de base às decisões tomadas nas sessões de 25/01/2019, 22/02/2019, 26/04/2019 e proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal de 23/05/2019, para a não aceitação das competências na área da educação, e, também, a proposta elaborada para apreciação e decisão na reunião da Câmara Municipal de 12/06/2019, sobre a aceitação da transferência de competências na área da atividade de náutica de recreio;-----
- b) Considerando o facto de não termos recebido as respostas às questões colocadas nalgumas áreas, mais concretamente na área da saúde e da educação;-----
- c) Considerando a necessidade de preparação de regulamentos e coordenação dos recursos para a aceitação das novas competências.-----
- d) O órgão deliberativo, aprovou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, que, para o ano de 2020, se mantenha a decisão de **não aceitação** da transferência de competências para todas as áreas indicadas no ponto 1 deste documento, as quais se transcrevem em baixo:-----
 - Decreto-Lei n.º 98/2018 jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo-----
 - Decreto-Lei n.º 101/2018 justiça-----
 - Decreto-Lei n.º 103/2018 eips bombeiros-----
 - Decreto-Lei n.º 105/2018 habitação-----
 - Decreto-Lei n.º 107/2018 estacionamento público-----

- Decreto-Lei n.º 20/2019 saúde animal e segurança alimentar-----
- Decreto-Lei n.º 21/2019 educação-----
- Decreto-Lei n.º 22/2019 cultura-----
- Decreto-Lei n.º 23/2019 saúde-----
- Decreto-Lei n.º 72/2019 atividade de náutica de recreio-----

Mais foi deliberado, por maioria, que a decisão desta sessão seja comunicada à DGAL por forma a serem cumpridos os prazos legais.-----

Vinte votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

Sete votos contra - António Cruz, Cipriano Nogueira, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Tony Martins apresentou a seguinte a declaração de voto: *“Votamos contra, não propriamente por não assumirem as competências, mas, sim, por não terem seguido a parte do diálogo, que é isso que nós pretendemos.”*-----

1.6 Transferência de Competências em 2020 – CIRA: - Foi apresentada, pelo presidente da Câmara Municipal, a proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal de 12 de junho de 2019, no âmbito do processo de transferência de competências para a CIRA, no ano de 2020, tendo o órgão deliberativo decidido o seguinte:-----

- a) Turismo, Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por unanimidade, aceitar, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes;-----
- b) Saúde, Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 janeiro e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por unanimidade, não aceitar, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes;-----
- c) Justiça, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 28 de novembro e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por unanimidade, não aceitar, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes;-----
- d) Fundos comunitários e captação de investimento, Decreto-Lei n.º 102/2018, de 28 novembro e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por unanimidade, aceitar, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes;-----
- e) Educação, Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por maioria, aceitar, com vinte e dois votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins e cinco abstenções dos membros Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes;-----
- f) Associações de Bombeiros, Decreto-Lei n.º 103/2018, de 28 de novembro e Lei n.º 50/2018, de 06 de agosto – aprovado, por maioria, aceitar, com vinte e dois votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins e cinco abstenções dos membros Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Vinte e sete votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva,

Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.7 3ª Revisão Orçamental: - Foi, pelo presidente da Câmara Municipal, apresentada a 3ª Revisão Orçamental, e, aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Jorge Graça**, que disse ser evidente que, por parte da bancada do PS, aquela revisão iria levar o voto favorável, assim como da sua parte. Disse que, as rubricas que estavam dotadas com cinco euros, que iriam ser executadas com vinte e três mil euros, comprovavam aquilo que o executivo, por vezes, tinha justificado, que os orçamentos eram orçamentos e que, às vezes, as rubricas alocadas com cinco euros tornavam-se mais importantes do que outras alocadas com verbas muito superiores. Finalmente, disse ser de louvar o executivo por estarem ilibados da praga das investigações do ministério público das quais, infelizmente, algumas câmaras municipais vizinhas tinham sido vítimas.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Paula Coutinho** que disse ter questionado, na sessão de fevereiro de 2019, aquando da 1ª revisão orçamental, que assentou num reforço de capitais canalizados em cerca de 83% para a remodelação do edifício sede, se não existiam obras com maior necessidade e que beneficiassem a população. Referiu que, na terceira revisão orçamental, verificava, mais uma vez, um desinvestimento numa freguesia e nas suas gentes, pois, uma obra que já estava à espera, há imenso tempo, de ser executada, via cortado o seu orçamento. Disse que a justificação apresentada pelo presidente da Câmara Municipal não a tinha convencido. Disse que teria compreendido a retirada de cinquenta e dois mil euros a uma obra na freguesia de Couto de Esteves se, efetivamente, a obra estivesse feita e tivessem chegado à conclusão de que o valor orçamentado, inicialmente, era acima do necessário para a execução da obra, mas, a obra não estava feita e já estava prometida há imenso tempo. Afirmou que as gentes do Couto precisavam que aquela obra fosse concluída, assim como as outras freguesias, e que não podia compactuar com a retirada do valor de uma obra, para outras obras, situada numa freguesia que, como outras, sofria da desertificação. Disse que não podiam ser feitas umas obras em prejuízo de outras, e que devia haver uma orientação mais acautelada para aquilo que queriam para o futuro do concelho, não podendo, constantemente, estarem a ser desvalorizadas as obras previstas e não executadas, nem introduzidas outras obras em detrimento das existentes. Referiu que a sua bancada continuava a achar um valor extremamente elevado na obra de requalificação do edifício sede em detrimento das freguesias e obras já orçamentadas, há muitos anos, com cinco euros, como já tinha sido referido noutras intervenções. Sugeriu retirar dali esse valor para investimento nas freguesias, pois estavam a ficar desertificadas e que era preciso investir nelas para cativar a fixação da população. Afirmou que o centro era muito importante, mas que também tinham de ser valorizadas as freguesias, pois precisavam dos serviços, de apoio, de atrativos para a população se fixar e manterem lá e para considerar que a sua freguesia tem potencial e pode, muito bem, estar introduzida e estar no concelho. Disse ter de haver soluções e que sabia que o executivo conseguiria resolver essa situação e que iria, certamente, fazer a obra, que estava planeada, no Largo de Couto de Esteves, ainda no presente ano, juntamente com as obras que, também, tinham surgido e que tinham sido introduzidas. Por fim, disse que as obras de cinco euros tinham de começar a sair do papel para serem feitas, mas não em detrimento de obras já existentes.-----

Seguidamente, interveio **António Monteiro**, que disse considerar as revisões orçamentais um mero instrumento de gestão, por isso, a sua posição tinha sido, na maioria das vezes, a de abstenção, mas, a propósito do orçamento, era preciso muita desfaçatez para se chegar ali e se dizer que, afinal os cinco euros tinham-se multiplicado, como se houvesse ali um “milagre da multiplicação dos peixes”, não sendo o caso, pois o que havia era um cobertor que, como todos sabiam, era sempre curto porque havia sempre muito mais necessidades do que recursos. Sobre os orçamentos, afirmou não ser dito, claramente, quais são as

prioridades, dizendo-se aos presidentes de junta que a obra está inscrita e que, mal haja dinheiro, será feita, mas depois é gerido de acordo com as conveniências da Câmara Municipal e não com aquilo que é possível escrutinar ali na Assembleia Municipal. Disse que quem tinha a competência para aprovar o orçamento era a Assembleia Municipal, com os presidentes de junta presentes e que, quando se inscreviam verbas com cinco euros, na realidade, estavam a enganar e aquilo que estava a acontecer, com aquela alteração orçamental, era “puxar-se o cobertor para o peito e destaparem-se os pés”, o que, para si, não era aceitável. Referiu que, aquando da questão das obras para o edifício da sede do concelho, tinha chamado a atenção que havia, no seu entender, outras prioridades e que os orçamentos existiam para isso, para discutir essas prioridades e serem submetidas a voto porque, se o senhor presidente dissesse que a empreitada de Couto de Esteves estava atrasada, a culpa era da Câmara Municipal e, dar isso como justificação para avançar outras obras, significava que, quando falou com os presidentes de junta a propósito do orçamento, tinha estado a enganar a todos porque, atualmente, ninguém sabia o que podia, ou não, ser feito, ficando no poder discricionário de uma maioria socialista na Câmara Municipal, que não era a maioria existente na Assembleia Municipal, o que era censurável. Disse ser censurável, também, que o município decida gastar primeiro consigo em vez de gastar com os severenses e com o concelho, em vez de gastar com as freguesias, com aquilo que é o apoio às populações, portanto, do seu ponto de vista, aquela alteração orçamental denunciava aquilo que tinha vindo já a denunciar vastas vezes ao longo da discussão dos orçamentos.-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Silva** que, atendendo a que a hora já ia avançada, só conseguiria contar uma história, dizendo que Robin dos Bosques era um herói mítico inglês, um fora da lei que roubava da nobreza para dar aos pobres e que teria vivido no tempo das grandes cruzadas. Era hábil no arco e flecha e vivia na floresta de Sherwood, onde era ajudado por um bando de amigos entre outros moradores do bosque, prezando a liberdade, a vida ao ar livre e o espírito aventureiro. Ficou imortalizado como príncipe dos ladrões. Tenha ou não existido tal como o conhecemos, “Robin Hood” é, para muitos, um dos maiores heróis de toda a história.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **Jorge Graça**, que disse sentir-se tocado com a acusação de desfaçatez e que considerava uma desfaçatez imensa qualificar os presidentes de junta como incompetentes, quando eram as pessoas que mais se empenhavam nas freguesias e no concelho, na sua capacidade de negociarem com a Câmara Municipal.-----

De seguida, interveio **Ana Mendes**, que disse ser natural de e a viver em Couto de Esteves e que havia muitas coisas que Paula Coutinho tinha dito, com as quais concordava, nomeadamente sobre a obra do largo do Couto, que já tinha feito parte de muitos planos, passando de orçamento em orçamento e, efetivamente, não tinha nada contra “puxarem o cobertor para outro lado” se, atualmente, não estavam reunidas as condições para se executar a obra, mas, como membro da Assembleia Municipal e como Coutense, exigia ao executivo que, assim que as condições estivessem reunidas, “puxasse o cobertor” novamente para que aquela verba seja afeta ao fim que se destina. Continuou, dizendo que, durante muitos anos, vinha um dia por semana a Sever do Vouga, em trabalho, tendo sido um desafio, pois, de facto, eram indignas as condições em que se trabalhava ali dentro. Deu como exemplo ligar um aquecedor com o risco de ser eletrocutada, quase diariamente, em muitas das salas. Referiu que, como disse, em tempos, o Dr. Almeida e Costa, para quem ali trabalhava e para quem ia tratar dos seus assuntos pessoais, merecia ter condições dignas para trabalhar e para ser recebido, portanto, disse considerar, efetivamente, não ser uma benfeitoria, mas sim uma urgência se não uma emergência, fazer obras no edifício.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**. Referiu que, independentemente da mais-valia daquilo que se fizesse no edifício sede, a obra iria ser comparticipada em 50% e que, se não a fizessem, ia ficar, novamente, para trás, porque os orçamentos não esticavam e era com esse instrumento de gestão do zero com que, atualmente, não só Sever do Vouga

trabalhava, mas todas as câmaras trabalhavam, pois isso facilitava em tempo. Mais disse que as revisões permitiam lançar obras muito mais cedo, desde que haja disponibilidade financeira e que muitas delas podiam ser feitas apenas por revisão, por alteração orçamental, se não, os orçamentos eram estanques e, se assim não fosse, após a aprovação de um orçamento, no início do ano, era aquilo, mais nada, ou se cumpria ou não se cumpria. Disse ser evidente que as receitas eram sempre previsões, portanto, quando surgiam no início do orçamento, ao longo do ano executava-se a receita e era preciso afetá-la a outras obras que não tinham, portanto, era um trabalho muito mais simples. Em relação às obras no edifício, disse ter havido a oportunidade de ir buscar 50% de financiamento para as mesmas e que, se não a fizessem, não iam buscar financiamento. Referiu que a obra do largo do Couto não era financiada. Sobre a intervenção de António Monteiro, disse não estar a enganar os presidentes de junta, pois eles tinham estado presentes na discussão do orçamento e que o orçamento não era apenas para aquele largo, era a previsão para o mandato e elas iam sendo feitas, umas ultrapassando as outras. Disse que o facto de as obras estarem com zero ou cinco, algumas eram feitas mais cedo do que outras que tinham cabimento e, no caso do largo do Couto, não havia projeto concluído, não havendo, portanto, condições para lançar, já, a concurso.-----

António dias ausentou-se da sala antes de ser colocado este ponto à votação.-----

Deliberação:-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, 3ª Revisão Orçamental, correspondente à 8ª Modificação, compreendendo apenas a criação de dois novos projetos, um deles destinado à apresentação de uma candidatura. Foi aproveitada a modificação para serem ajustados os valores de mais dois projetos, atendendo ao estado de organização do respetivo procedimento (do projeto onde foi feita a anulação de despesa).

Votação: -----

Treze votos a favor: Alexandre Machado, Ana Mendes, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques,-----

Treze votos contra: Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Isabel Tavares, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Como se constatou um empate na votação, este ponto da ordem do dia, foi aprovado com voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal.-----

António Monteiro saiu da sala antes da apreciação dos pontos seguintes.-----

1.8 Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª Alteração ao Regulamento da 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga: - Seguidamente, o-presidente da câmara apresentou a proposta da câmara municipal, tomada na reunião ordinária realizada no passado dia 12 de junho de 2019, sobre o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª Alteração ao Regulamento da 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga. -----

Como não houve registo de pedidos de intervenção, o presidente da assembleia municipal colocou o documento à votação, tendo a proposta da câmara municipal, correspondente à proposta final da 1ª alteração ao PDM - Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga, sido aprovado, por maioria. -----

António Dias e António Monteiro não participaram desta votação.-----

Vinte e dois votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Três abstenções – Ana Tavares, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

1.9 1ª Alteração do Mapa de Pessoal: - Foi analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal 2019, de acordo com o previsto no artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto

na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efetuar o aumento do número de lugares de Assistentes Operacionais a recrutar para o serviço de Educação. A proposta integra, também, a informação sobre a evolução constatada recentemente nos recursos humanos desta autarquia.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª alteração do Mapa de Pessoal 2019.-----

António Dias e António Monteiro não participaram desta votação.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Ana Mendes, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

Doze abstenções – Ana Tavares, António Cruz, Cipriano Nogueira, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.10 Freguesia de Pessegueiro do Vouga – Apoio: - Foi presente uma proposta, da Câmara Municipal, na sequência do protocolo assinado entre a Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga e a DGAL, para financiamento da empreitada “Remodelação do Centro Social de Pessegueiro do Vouga”, para a atribuição de um apoio financeiro para ajudar a custear a parte não comparticipada. Analisada a proposta, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor dos membros presentes, a atribuição de um apoio financeiro correspondente a 30% do custo da empreitada, até ao limite de € 28 000,00 (vinte e oito mil euros), mediante a entrega de despesa, reservando-se 15%, no final, até à entrega de relatórios de conclusão da empreitada.-----

Vinte e sete votos a favor - Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Isabel Tavares, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Marta Batista, da freguesia de Talhadas, interveio no seguimento de uma notícia publicada no Diário de Aveiro, no dia 29 de maio, a falar sobre a ligação à A25 para facilitar as exportações. Disse ter ficado um pouco indignada com aquilo que tinha lido, uma vez que o presidente da Câmara Municipal referia que o nó das Talhadas, que serve Sever do Vouga, ficava na encosta oposta àquela que se concentram as empresas de metalomecânica e responsáveis pela parte de exportação. Pediu que lhe explicasse porque é que andar para Talhadas era andar para trás. Perguntou o porquê da intervenção do presidente da Câmara no Diário de Aveiro. De seguida, solicitou à Câmara Municipal Sever do Vouga apoio para a constituição da creche em Talhadas, uma vez que, para lá do rio, esse serviço não existe. Mais disse que a Santa Casa da Misericórdia tinha concorrido a um projeto, havendo a possibilidade de ser feita lá a creche, e que essa valência ainda não estava a ser utilizada, pelo que disse querer saber até que ponto a Câmara Municipal poderia intervir para conseguirem abrir a creche em Talhadas, já no próximo mês de setembro, uma vez que já havia vinte e seis inscrições.-----

O presidente da Assembleia Municipal informou que essas questões seriam colocadas à Câmara Municipal, que teria a oportunidade de responder, por escrito, e que ser-lhe-ia dado conhecimento da resposta da Câmara Municipal. Alertou para o facto de que essas questões podiam ser colocadas nas reuniões públicas da Câmara Municipal.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----